
ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

Consulta Pública SETOP
Concorrência ____/2013

SUMÁRIO

PREÂMBULO	4
CLÁUSULA 1. DAS DEFINIÇÕES	5
CLÁUSULA 2. DOS ANEXOS	11
CLÁUSULA 3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO	12
CLÁUSULA 4. DA INTERPRETAÇÃO	13
CLÁUSULA 5. DO OBJETO DA CONCESSÃO PATROCINADA E VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	13
CLÁUSULA 6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DA CONCESSÃO PATROCINADA	14
CLÁUSULA 7. DOS BENS DA CONCESSÃO PATROCINADA	15
CLÁUSULA 8. DA CONCESSIONÁRIA	16
CLÁUSULA 9. DA TRANSFERÊNCIA ACIONÁRIA	17
CLÁUSULA 10. DO CAPITAL SOCIAL	17
CLÁUSULA 11. DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES	18
CLÁUSULA 12. DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO	20
CLÁUSULA 13. DAS LICENÇAS AMBIENTAIS E DEMAIS AUTORIZAÇÕES	22
CLÁUSULA 14. DO FINANCIAMENTO	24
CLÁUSULA 15. DA LIBERAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO	25
CLÁUSULA 16. DOS PROJETOS DE ENGENHARIA	27
CLÁUSULA 17. DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA RODOVIA	29
CLÁUSULA 18. DAS INTERFERÊNCIAS	31
CLÁUSULA 19. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	32
CLÁUSULA 20. DO PROCEDIMENTO PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	35
CLÁUSULA 21. DA VARIAÇÃO DO VOLUME DE TRÁFEGO NA RODOVIA	36
CLÁUSULA 22. DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA	37
CLÁUSULA 23. DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	38
CLÁUSULA 24. DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	39
CLÁUSULA 25. DO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA	40
CLÁUSULA 26. DO REAJUSTE	41
CLÁUSULA 27. DA GARANTIA DO PODER CONCEDENTE	41
CLÁUSULA 28. DA COBRANÇA DE TARIFAS DE PEDÁGIO	42
CLÁUSULA 29. DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO PEDÁGIO	42
CLÁUSULA 30. DAS RECEITAS ACESSÓRIAS	43
CLÁUSULA 31. DAS GARANTIAS OFERECIDAS PELA CONCESSIONÁRIA	44
CLÁUSULA 32. DOS SEGUROS	45
CLÁUSULA 33. DA FISCALIZAÇÃO	48
CLÁUSULA 34. DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	49
CLÁUSULA 35. DOS CONTRATOS COM TERCEIROS	49
CLÁUSULA 36. DOS CASOS DE EXTINÇÃO	50
CLÁUSULA 37. DO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL	51
CLÁUSULA 38. DA ENCAMPAÇÃO	52

CLÁUSULA 39.	DA CADUCIDADE	53
CLÁUSULA 40.	DA RESCISÃO CONTRATUAL	55
CLÁUSULA 41.	DA FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	55
CLÁUSULA 42.	DA ANULAÇÃO	56
CLÁUSULA 43.	DA INTERVENÇÃO	56
CLÁUSULA 44.	DA DEVOLUÇÃO	58
CLÁUSULA 45.	DAS SANÇÕES E PENALIDADES	59
CLÁUSULA 46.	DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO	62
CLÁUSULA 47.	DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES	62
CLÁUSULA 48.	DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE	62
CLÁUSULA 49.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA	64
CLÁUSULA 50.	DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR	68
CLÁUSULA 51.	DAS DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS	68
CLÁUSULA 52.	DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL	70
CLÁUSULA 53.	DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	70
CLÁUSULA 54.	DISPOSIÇÕES GERAIS	71

PREÂMBULO

O Estado de Minas Gerais, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, com sede na Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, Presidente Tancredo Neves, Prédio Minas, 7º Andar, Rodovia Prefeito Américo Gianetti (MG-010), s/n, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ/MF 18.715.581/0001-03, representada por seu titular [●], inscrito no CPF/MF sob o nº [●], portador da Carteira de Identidade nº [●], residente na [●], no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela Lei Delegada nº 179 de 01 de janeiro de 2011 e da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, doravante designada apenas “SETOP”;

A CONCESSIONÁRIA, com sede na [●], nº [●], sala [●], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], representada por seus Diretores [●], portador da Carteira de Identidade nº [●] e inscrito no CPF/MF sob o nº [●], e [●], portador da Carteira de Identidade nº [●] e inscrito no CPF/MF sob o nº [●], membros da Diretoria da Companhia, doravante denominada apenas CONCESSIONÁRIA;

CONSIDERANDO a realização pelo PODER CONCEDENTE, da Concorrência nº [●]/2013, que teve por objeto a EXPLORAÇÃO, pelo prazo de 30 (trinta) anos, do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, mediante concessão, na modalidade patrocinada;

E CONSIDERANDO o ato da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, aprovado pelo Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, conforme publicação no Órgão de Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais do dia [●] de [●] de [●], segundo o qual o objeto da LICITAÇÃO foi adjudicado à CONCESSIONÁRIA, que atendeu às exigências para a formalização deste instrumento.

RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Concessão Patrocinada, que se regerá pelas seguintes Cláusulas e condições, mutuamente aceitas pelas PARTES:

CLÁUSULA 1 DAS DEFINIÇÕES

1.1. Neste CONTRATO e em seus ANEXOS, salvo se do contexto resultar claramente sentido diferente, os termos a seguir indicados serão grafados sempre em maiúsculas e terão os seguintes significados:

1.1.1. **ADJUDICATÁRIA:** significa a empresa ou o CONSÓRCIO de empresas declarado vencedor da LICITAÇÃO pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, por apresentar o menor valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, a quem for adjudicado o objeto do certame;

1.1.2. **ANEXOS:** significa os documentos anexos ao presente CONTRATO;

1.1.3. **AFILIADA:** significa, com relação à CONCESSIONÁRIA ou qualquer de suas acionistas, qualquer pessoa, física ou jurídica, controladora, controlada ou sob controle comum.

1.1.4. **APORTE PÚBLICO:** significa o aporte de recursos públicos, a ser realizado pelo PODER CONCEDENTE em favor da CONCESSIONÁRIA, nos termos do disposto no artigo 6º, parágrafo 2º da Lei Federal nº. 11.079 de 30 de dezembro de 2009, no valor total de R\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de Reais), para a construção e aquisição de BENS REVERSÍVEIS, a ser desembolsado de acordo com os marcos estabelecidos no Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO;

1.1.5. **ÁREAS DE IMPLANTAÇÃO:** significa, para fins da liberação da faixa de domínio, nos termos da CLÁUSULA 15, as áreas contidas na faixa de domínio do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, cujos imóveis devem ser desapropriados e/ou desocupados, a serem definidas de comum acordo entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE no CRONOGRAMA REFERENCIAL BÁSICO, de acordo com a ordem que as PARTES definirem como necessária à liberação da faixa de domínio.

1.1.6. **BENS REVERSÍVEIS:** significa todos os bens indispensáveis aos SERVIÇOS e vinculados à CONCESSÃO PATROCINADA, os quais, nos termos da Lei, serão revertidos ao PODER CONCEDENTE após a extinção da CONCESSÃO PATROCINADA;

1.1.7. **CAPITAL MÍNIMO INTEGRALIZADO:** significa o valor mínimo do capital social da CONCESSIONÁRIA a ser integralizado por seus acionistas, o qual deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor do CAPITAL SUBSCRITO;

1.1.8. **CAPITAL SUBSCRITO:** significa o capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA na data de assinatura do CONTRATO, correspondente a R\$ 284.436.000,00 (duzentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil Reais), correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado dos investimentos dos quatro primeiros anos de CONTRATO;

1.1.9. **COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL:** significa o compromisso assumido pela CONCESSIONÁRIA de que integralizará o capital social da CONCESSIONÁRIA nos termos previstos na Cláusula 10.1.2, prestado pela ADJUDICATÁRIA em sua PROPOSTA, conforme os termos de Carta Modelo nº 10 constante do Anexo I – MODELO DE CARTAS E DECLARAÇÕES do EDITAL;

1.1.10. **COMITÊ TÉCNICO:** significa a comissão tripartite composta por um profissional nomeado pelo PODER CONCEDENTE, um profissional nomeado pela CONCESSIONÁRIA e por um

terceiro nomeado de comum acordo pelas PARTES, cuja função é tomar decisões nas questões técnicas que lhe forem submetidas pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do que dispõe este CONTRATO;

1.1.11. **CONCESSÃO PATROCINADA:** significa o contrato de Parceria Público Privada, na modalidade patrocinada, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal nº. 11.079 de 30 de dezembro de 2004, para a EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE durante o prazo estabelecido no EDITAL e na forma estabelecida neste CONTRATO;

1.1.12. **CONCESSIONÁRIA:** significa a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO constituída pela ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, à qual é outorgado pelo PODER CONCEDENTE o objeto deste CONTRATO;

1.1.13. **CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA:** são as condições mínimas a serem atendidas pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo de vigência deste CONTRATO, abrangendo as atividades descritas no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER, respeitando-se os critérios de boa performance observados no Anexo VIII do EDITAL - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;

1.1.14. **CONSERVAÇÃO:** significa todas as medidas necessárias para a conservação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE durante o período de EXPLORAÇÃO do empreendimento, conforme diretrizes e especificações apresentadas no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER;

1.1.15. **CONTA VINCULADA:** significa a conta bancária a ser aberta pela CONCESSIONÁRIA junto a uma instituição financeira de primeira linha, conforme definido na Cláusula 21.3, de livre escolha do PODER CONCEDENTE, para os fins de depósito pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 21.3.1 deste CONTRATO, dos valores oriundos das VARIAÇÕES POSITIVAS DE RECEITAS TARIFÁRIAS;

1.1.16. **CONTORNO METROPOLITANO NORTE:** significa o modal rodoviário a ser implantado (greenfield), atualmente consubstanciado no projeto do Contorno Metropolitano Rodoviário da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Trecho Norte, inserido no contexto de um plano macro de desenvolvimento e urbanização da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que consistirá em uma via de ligação entre as rodovias BR-381 Sul com a BR-381 Norte, gerando intersecções com as rodovias BR-381 Sul, LMG-808, BR-040, LMG-806, MG-424, MG-010, MG-020 e BR-381 Norte, e cujo traçado passará pelos municípios de Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem e Betim, para complementação e modernização do sistema de tráfego da região, o qual tem como principal objetivo retirar o tráfego de passagem de Belo Horizonte e do atual anel rodoviário, de acordo com o definido no EDITAL e neste CONTRATO;

1.1.17. **CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA:** significa a remuneração mensal a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, a partir do mês subsequente ao primeiro mês de calendário completo do início da OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme os critérios contidos no Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO, e que complementa a RECEITA TARIFÁRIA;

1.1.18. **CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA:** significa a integralidade da contrapartida financeira do PODER CONCEDENTE, nos termos previstos na Cláusula 24.4.

1.1.19. **CONTRATO:** significa este CONTRATO de CONCESSÃO PATROCINADA a ser celebrado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA;

1.1.20. **CONTRATO DE CONTA VINCULADA:** significa o contrato a ser celebrado pela CONCESSIONÁRIA com a instituição financeira de primeira linha de sua escolha para abertura da CONTA VINCULADA e que preverá os mecanismos para utilização pela CONCESSIONÁRIA, com anuência do PODER CONCEDENTE, dos recursos ali depositados;

1.1.21. **CRONOGRAMA REFERENCIAL BÁSICO:** significa o cronograma físico-financeiro das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, contido no PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA;

1.1.22. **DATA DE EFICÁCIA:** significa a data em que este CONTRATO será plenamente eficaz, após a ocorrência das condições suspensivas previstas na Cláusula 6.3 deste CONTRATO;

1.1.23. **DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:** significa o ato expedido pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autorizando a desapropriação por utilidade pública dos imóveis necessários à composição da faixa de domínio para a EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE e seu entorno;

1.1.24. **EDITAL:** significa o Edital de Concorrência SETOP nº. [●]/2013 e seus Anexos, documento licitatório, contendo o conjunto de instruções e regras que orientam o procedimento administrativo de seleção de CONCESSIONÁRIA apta a receber a outorga da CONCESSÃO PATROCINADA;

1.1.25. **ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA:** significa todos os estudos e informações que compõem o Anexo VI do EDITAL - ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA, relativos à demanda projetada para a operação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE durante o prazo de vigência da CONCESSÃO PATROCINADA, bem como às RECEITAS estimadas para a EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE;

1.1.26. **EXPLORAÇÃO:** significa, com relação ao CONTORNO METROPOLITANO NORTE, a sua implantação, pavimentação, operação, manutenção, conservação e melhoramentos, nos termos e condições previstos no EDITAL e neste CONTRATO;

1.1.27. **GARANTIAS DE EXECUÇÃO:** significa todas as garantias a serem prestadas pela CONCESSIONÁRIA visando a assegurar o cumprimento das obrigações deste CONTRATO em todos os seus termos;

1.1.28. **GARANTIA DE IMPLANTAÇÃO:** significa a garantia de cumprimento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA referentes às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, a ser prestada pela CONCESSIONÁRIA na forma prevista neste CONTRATO;

1.1.29. **GARANTIA DE OPERAÇÃO:** significa a garantia de cumprimento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA referentes à EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, a ser prestada pela CONCESSIONÁRIA a partir do início da OPERAÇÃO, ainda que parcial, na forma prevista no EDITAL e neste CONTRATO;

1.1.30. **GARANTIA DO PODER CONCEDENTE:** significa as garantias fornecidas pelo PODER CONCEDENTE para assegurar o pagamento de todas as obrigações financeiras e/ou pecuniárias do PODER CONCEDENTE em relação à CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO, incluindo a CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA e o APORTE PÚBLICO;

1.1.31. **LICENÇA PRÉVIA:** significa a licença ambiental prévia obtida pelo PODER CONCEDENTE para EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, nos termos da legislação ambiental vigente;

1.1.32. **LICITAÇÃO:** significa a Concorrência nº [●]/2013, nos termos do EDITAL;

1.1.33. **MANUTENÇÃO:** significa o conjunto de ações a ser desenvolvido e executado pela CONCESSIONÁRIA visando à manutenção preventiva do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, para preservar o patrimônio rodoviário e atender à função básica de OPERAÇÃO, garantindo o funcionamento adequado dos VEÍCULOS, equipamentos e sistemas associados à OPERAÇÃO;

1.1.34. **METODOLOGIA DE EXECUÇÃO:** significa o conjunto de informações técnicas e operacionais, abrangendo os estudos que embasaram a elaboração do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA e as propostas das LICITANTES, para a EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE e seu entorno, elaborada de acordo com o Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER e entregue como parte da PROPOSTA ECONÔMICA

1.1.35. **NOTA FINAL DO QID:** significa a nota destinada a aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos indicadores constantes do Anexo VIII do EDITAL - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;

1.1.36. **OBRAS DE IMPLANTAÇÃO:** significa as obras e instalações que deverão ser executadas pela CONCESSIONÁRIA para fins de implantação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme previsto no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER;

1.1.37. **OPERAÇÃO:** compreende o conjunto de ações operacionais a ser desenvolvido e executado pela CONCESSIONÁRIA no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme previsto no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER;

1.1.38. **PARTES:** significa as partes signatárias deste CONTRATO;

1.1.39. **PERDA DE RECEITA:** significa a incapacidade da CONCESSIONÁRIA de auferir total ou parcialmente as RECEITAS, provocada pela ocorrência de um evento que impeça total ou parcialmente a utilização do CONTORNO METROPOLITANO NORTE pelos USUÁRIOS durante o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA;

1.1.40. **PLANO DE NEGÓCIOS DA CONCESSIONÁRIA:** significa o plano elaborado pela CONCESSIONÁRIA, entregue junto com a PROPOSTA ECONÔMICA, segundo as premissas e termos do Anexo IV – DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA do EDITAL;

1.1.41. **PODER CONCEDENTE:** significa o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP;

1.1.42. **PODER PÚBLICO:** significa, para efeitos deste CONTRATO, quaisquer entes públicos integrantes da Administração Pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo o PODER CONCEDENTE;

1.1.43. **POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO:** significa a política de cobrança de tarifas dos USUÁRIOS do CONTORNO METROPOLITANO NORTE e os mecanismos de pagamento à CONCESSIONÁRIA para execução deste CONTRATO, conforme diretrizes definidas no Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO;

1.1.44. **PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL:** significa o programa estabelecido entre CONCESSIONÁRIA e PODER CONCEDENTE para definir as regras e procedimentos para assunção da OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiro autorizado e para calcular a indenização à CONCESSIONÁRIA;

1.1.45. **PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA – PER:** significa o conjunto de informações técnicas e operacionais, abrangendo as diretrizes e requisitos mínimos para elaboração da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, constante do Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER;

1.1.46. **PROPOSTA ECONÔMICA:** significa o valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA mensal proposta pela LICITANTE para execução deste CONTRATO e demais documentos relacionados, conforme exigido no Item 11 do EDITAL;

1.1.47. **QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO:** significa o quadro constante do Anexo VIII do EDITAL - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, que define os indicadores destinados a aferir a qualidade do SERVIÇO prestado pela CONCESSIONÁRIA;

1.1.48. **RECEITAS:** significa, conjuntamente, a totalidade das receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA em razão da EXPLORAÇÃO, direta e indireta, do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, nomeadamente as RECEITAS ACESSÓRIAS, as RECEITAS TARIFÁRIAS e as RECEITAS FINANCEIRAS;

1.1.49. **RECEITAS ACESSÓRIAS:** significa a parcela de remuneração da CONCESSIONÁRIA correspondente à arrecadação, nos termos do Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO, de quaisquer receitas alternativas, complementares, acessórias ou suplementares às TARIFAS DE PEDÁGIO, decorrentes da EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE ou de projetos associados à CONCESSÃO PATROCINADA, com exceção das RECEITAS FINANCEIRAS;

1.1.50. **RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO:** significa a estimativa dos valores a serem recebidos pela CONCESSIONÁRIA mediante a cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO dos USUÁRIOS do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme o Anexo VI do EDITAL - ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA;

1.1.51. **RECEITAS FINANCEIRAS:** significa os juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos

de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual;

1.1.52. **RECEITAS TARIFÁRIAS:** significa a receita auferida pela CONCESSIONÁRIA mediante cobrança de TARIFAS DE PEDÁGIO;

1.1.53. **SERVIÇOS:** significa (i) a execução e gestão da EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE; (ii) o apoio, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva do PODER CONCEDENTE, na execução dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS; e (iii) a gestão e/ou prestação, conforme for o caso, dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, na forma definida no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER;

1.1.54. **SERVIÇOS COMPLEMENTARES:** significa os serviços considerados convenientes, mas não essenciais, a serem prestados no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, a critério da CONCESSIONÁRIA, (i) por terceiros previamente autorizados, por escrito, pela CONCESSIONÁRIA ou (ii) diretamente pela própria CONCESSIONÁRIA;

1.1.55. **SERVIÇOS NÃO DELEGADOS:** significa os serviços de competência exclusiva da Administração Pública, cuja execução não está compreendida no objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme especificado no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER;

1.1.56. **SETOP:** significa a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, que celebrará este CONTRATO com a CONCESSIONÁRIA;

1.1.57. **TARIFAS DE PEDÁGIO:** significa os preços a serem pagos pelos USUÁRIOS em decorrência da utilização do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, calculados de acordo com os critérios contidos no Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO com base na TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO;

1.1.58. **TAXA INTERNA DE RETORNO ou TIR:** significa, para os acionistas da CONCESSIONÁRIA, em termos anuais nominais, para todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, a taxa interna de retorno nominal dos recursos financeiros disponibilizados pelos acionistas e do fluxo de caixa distribuído aos acionistas (designadamente sob a forma de juros e reembolso de prestações acessórias ou outros empréstimos subordinados de acionistas, dividendos pagos ou reservas distribuídas), a preços correntes, durante todo o período da CONCESSÃO PATROCINADA;

1.1.59. **TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO CONTORNO METROPOLITANO NORTE:** significa o relatório com as informações sobre o sistema rodoviário concedido, o qual deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ao término ou extinção definitiva da CONCESSÃO PATROCINADA;

1.1.60. **USUÁRIO:** significa toda pessoa, proprietário, condutor e/ou passageiro, que trafegar por meio de VEÍCULO no CONTORNO NORTE METROPOLITANO;

1.1.61. **VALOR PRESENTE LÍQUIDO ou VPL:** significa o principal indicador de viabilidade econômica da CONCESSÃO PATROCINADA, consubstanciado em valor equivalente a um fluxo de caixa futuro no tempo, referido a uma data zero (presente temporal), sendo, para tanto, aplicada

uma taxa de desconto segundo regras de matemática financeira, equivalente ao custo de oportunidade dos acionistas da CONCESSIONÁRIA;

1.1.62. **VARIAÇÃO NEGATIVA DE RECEITAS TARIFÁRIAS:** significa a variação das RECEITAS TARIFÁRIAS além de 5% (cinco por cento) para menos do que o valor da RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO;

1.1.63. **VARIAÇÃO POSITIVA DE RECEITAS TARIFÁRIAS:** significa a variação das RECEITAS TARIFÁRIAS além de 5% (cinco por cento) para mais do que o valor da RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO;

1.1.64. **VEÍCULO:** significa todo meio de transporte movido a tração motora, elétrica, de reboque ou de semi-reboque, que se destine ao transporte de passageiros, de carga ou de ambos, ou para a tração de mercadorias e/ou objetos, conforme definido no Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997);

1.1.65. **VERIFICADOR INDEPENDENTE:** significa a entidade selecionada pelo PODER CONCEDENTE, mediante licitação, que será responsável pelo monitoramento permanente do processo de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA, mediante a utilização do sistema de QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, que determinará o percentual do cumprimento dos índices de serviço pela CONCESSIONÁRIA;

1.2. As siglas, termos e expressões listados no singular incluem o plural e vice-versa.

1.3. Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Cláusula terão os significados a eles atribuídos no EDITAL.

CLÁUSULA 2 DOS ANEXOS

2.1. Integram este CONTRATO, para todos os efeitos legais e contratuais:

Anexo I. EDITAL E SEUS ANEXOS

Anexo I do EDITAL	- MODELOS DE CARTAS E DECLARAÇÕES
Anexo II do EDITAL	- MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA
Anexo III do EDITAL	- PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER
Anexo IV do EDITAL	- DIRETRIZES DO PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA
Anexo V do EDITAL	- POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO
Anexo VI do EDITAL	- ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA
Anexo VII do EDITAL	- DIRETRIZES AMBIENTAIS
Anexo VIII do EDITAL	- QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO
Anexo IX do EDITAL	- PENALIDADES APLICÁVEIS À CONCESSIONÁRIA
Anexo X do EDITAL	- MINUTA DO CONTRATO DE CONTA VINCULADA
Anexo XI do EDITAL	- TERMO DE REFERÊNCIA DO PROJETO DE ENGENHARIA
Anexo XII do EDITAL	- ESTRUTURA DA GARANTIA DO PODER CONCEDENTE
Anexo XIII do EDITAL	- CRONOGRAMA DA LICITAÇÃO

- Anexo II. PROPOSTA VENCEDORA (PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA e METODOLOGIA DE EXECUÇÃO)
- Anexo III. CONTRATO DE CONTA VINCULADA
- Anexo IV. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
- Anexo V. GARANTIA DO PODER CONCEDENTE E CONTRATOS CORRELATOS
- Anexo VI. APÓLICES E SEGUROS

CLÁUSULA 3 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO

3.1. Este CONTRATO está sujeito às leis vigentes no Brasil, com expressa renúncia à aplicação de qualquer outra.

3.2. A CONCESSÃO PATROCINADA rege-se pelas normas abaixo, bem como pelos termos e condições deste CONTRATO, pelos dispositivos do EDITAL e pelas normas gerais de Direito Público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado:

3.2.1. Constituição Federal de 1988, em especial o artigo 37, inciso XXI, e o artigo 175;

3.2.2. Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

3.2.3. Subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, e a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993;

3.2.4. Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

3.2.5. Decreto Estadual nº 37.924, de 16 de maio de 1996;

3.2.6. Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;

3.2.7. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

3.2.8. Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003;

3.2.9. Lei Estadual nº 14.869, de 16 de dezembro de 2003;

3.2.10. Decreto Estadual nº 43.702, de 16 de dezembro de 2003;

3.2.11. Normas técnicas e instruções normativas pertinentes, em especial, as Especificações Gerais para Obras Rodoviárias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, aprovadas em 6 de novembro de 1997, e em vigor no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; e,

3.2.12. EDITAL de Concorrência nº [●]/2013 e seus Anexos.

3.3. As referências às normas aplicáveis à CONCESSÃO PATROCINADA deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substituam ou modifiquem.

3.4. O regime jurídico deste CONTRATO confere ao PODER CONCEDENTE a prerrogativa de:

- 3.4.1. Alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONCESSIONÁRIA;
- 3.4.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados na legislação, observado o procedimento previsto neste CONTRATO;
- 3.4.3. Fiscalizar-lhe a execução;
- 3.4.4. Aplicar sanções, motivadas pela sua inexecução parcial ou total, nos parâmetros estabelecidos neste CONTRATO.

CLÁUSULA 4 DA INTERPRETAÇÃO

- 4.1. Na interpretação, integração ou aplicação de qualquer disposição deste CONTRATO, deverão ser consideradas as Cláusulas contratuais e, depois, as disposições dos ANEXOS que nele se consideram integrados, conforme indicado na Cláusula 2.
- 4.2. No caso de divergência entre as disposições deste CONTRATO e as disposições dos ANEXOS que o integram, prevalecerão as disposições deste CONTRATO.
- 4.3. A legislação mencionada na Cláusula 3.2 deste CONTRATO prevalece sobre o estipulado em qualquer outro documento nas divergências verificadas entre documentos contratuais aplicáveis à CONCESSÃO PATROCINADA e entre estes e aqueles por quais se rege a CONCESSIONÁRIA quando não puderem ser sanadas pelo recurso às regras gerais de interpretação e integração de lacunas.

CLÁUSULA 5 DO OBJETO DA CONCESSÃO PATROCINADA E VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

- 5.1. A CONCESSÃO PATROCINADA tem por objeto a EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE e seu entorno e vias adjacentes, que se dará mediante a realização das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e a prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA.
- 5.2. Os investimentos e SERVIÇOS encontram-se detalhados no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.
- 5.3. A presente CONCESSÃO PATROCINADA pressupõe a prestação de serviço adequado, considerando-se como tal aquele que satisfizer às condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das TARIFAS DE PEDÁGIO, nos termos da legislação.
- 5.4. A qualidade dos SERVIÇOS será avaliada por VERIFICADOR INDEPENDENTE, de acordo com o atendimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos indicadores de desempenho constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

- 5.5. A regularidade e a continuidade serão caracterizadas pela prestação contínua dos SERVIÇOS.
- 5.6. A eficiência e a segurança dos SERVIÇOS serão caracterizadas pela consecução e preservação dos parâmetros bons constantes do Anexo VIII do EDITAL - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO e pelo atendimento dos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 5.7. A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação dos SERVIÇOS, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, que tragam benefícios para os USUÁRIOS, respeitadas as disposições do presente CONTRATO.
- 5.8. A generalidade será caracterizada pela prestação não discriminatória dos SERVIÇOS a todo e qualquer USUÁRIO, nos termos da legislação.
- 5.9. A modicidade será caracterizada pela menor tarifa média aplicável aos usuários, capaz de garantir a prestação dos serviços e manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.
- 5.10. A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso de todos os USUÁRIOS.
- 5.11. A prestação dos SERVIÇOS deverá obedecer ao disposto na legislação pertinente, nas normas complementares, nos padrões e nos procedimentos dispostos no presente CONTRATO e seus ANEXOS, em especial no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER e no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 5.12. O valor deste CONTRATO é de R\$ [●] ([●]), na data base de maio de 2013, correspondente ao valor calculado com base na soma dos valores de APORTE PÚBLICO e da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, a ser auferida pela CONCESSIONÁRIA no decorrer da CONCESSÃO PATROCINADA, acrescido das RECEITAS TARIFÁRIAS estimadas, a serem recebidas pela CONCESSIONÁRIA ao longo do prazo estipulado para a CONCESSÃO PATROCINADA.

CLÁUSULA 6 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DA CONCESSÃO PATROCINADA

- 6.1. O presente CONTRATO é vigente a partir da data de sua assinatura até o decurso do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, observadas as hipóteses de término antecipado previstas na legislação aplicável e neste CONTRATO e, para a sua eficácia, deverá ser observada a DATA DE EFICÁCIA, conforme Cláusula 6.3 abaixo.
- 6.2. O prazo da CONCESSÃO PATROCINADA será de 30 (trinta) anos contados a partir da DATA DE EFICÁCIA, prorrogáveis por mais 05 (cinco) anos, de acordo com o disposto no artigo 5º, inciso I, da Lei de PPP.
- 6.3. A DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO ocorrerá 05 (cinco) dias úteis após a data em que o PODER CONCEDENTE comunicar que, cumulativamente, as seguintes condições suspensivas tenham sido cumpridas pelo PODER CONCEDENTE:

- 6.3.1.comprovação da constituição da GARANTIA DO PODER CONCEDENTE nos termos do Anexo XII do EDITAL - ESTRUTURA DA GARANTIA DO PODER CONCEDENTE, com a celebração dos documentos que compõem o Anexo V GARANTIA DO PODER CONCEDENTE E CONTRATOS CORRELATOS do CONTRATO;
- 6.3.2.licença ambiental prévia vigente; e
- 6.3.3.publicação da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA de que trata a CLÁUSULA 15 deste CONTRATO.
- 6.4. Este CONTRATO poderá ser resolvido, a critério da CONCESSIONÁRIA, caso o PODER CONCEDENTE não cumpra as condições previstas na Cláusula 6.3 no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de assinatura, devendo, nesta hipótese, o PODER CONCEDENTE indenizar a CONCESSIONÁRIA por eventuais custos incorridos, fazendo a CONCESSIONÁRIA jus:
- 6.5. à indenização correspondente às despesas decorrentes do oferecimento da GARANTIA DE PROPOSTA; e
- 6.6. ao ressarcimento de qualquer outro valor despendido neste período, desde que necessário e devidamente comprovado, incluindo, mas não se limitando, aos custos de mobilização e aos custos decorrentes da rescisão dos contratos eventualmente celebrados pela CONCESSIONÁRIA no período entre a data de assinatura do CONTRATO e a data da sua resolução, em respeito ao CRONOGRAMA REFERENCIAL BÁSICO.
- 6.7. As PARTES poderão acordar a prorrogação do prazo estabelecido na Cláusula 6.8.
- 6.8. Em casos excepcionais e devidamente justificados, poderá ser admitida a prorrogação do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA para além do previsto na Cláusula 6.2, nas hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação aplicável, observada a autorização do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 19, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, ou outra que venha a lhe substituir.

CLÁUSULA 7 DOS BENS DA CONCESSÃO PATROCINADA

7.1. Integram a CONCESSÃO PATROCINADA:

- 7.1.1.todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme o Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER; e
- 7.1.2.os bens, móveis e imóveis, adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, que sejam utilizados diretamente na EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

- 7.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, e às suas expensas, os bens que integram a CONCESSÃO PATROCINADA, durante a vigência deste CONTRATO, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho dos SERVIÇOS, nos termos previstos neste CONTRATO.
- 7.3. A CONCESSIONÁRIA somente poderá alienar os bens que integram a CONCESSÃO PATROCINADA desde que proceda a sua imediata substituição por outros em condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores aos substituídos.
- 7.4. A alienação de bens que integram a CONCESSÃO PATROCINADA pela CONCESSIONÁRIA, no período dos últimos 05 (cinco) anos do prazo final da CONCESSÃO PATROCINADA, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.
- 7.5. Os BENS REVERSÍVEIS não poderão ser, a nenhum título, cedidos, alienados, onerados, arrendados, alugados, dados em comodato, ocupados, arrestados, penhorados ou sofrer qualquer tipo de gravame.
- 7.5.1. Não se aplica o previsto na Cláusula 7.5 acima (i) o oferecimento em garantia do próprio bem móvel e/ou equipamento em financiamento necessário a sua aquisição ou (ii) quando disposto em contrário neste CONTRATO.
- 7.6. Extinta a CONCESSÃO PATROCINADA, serão revertidos ao PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos.

CLÁUSULA 8 DA CONCESSIONÁRIA

- 8.1. A CONCESSIONÁRIA deve ter como único objeto social a EXPLORAÇÃO da CONCESSÃO PATROCINADA e atividades correlatas e a exploração de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS previstas neste CONTRATO, com a proibição expressa de praticar atos estranhos a tais finalidades.
- 8.2. A CONCESSIONÁRIA deverá ter sua sede em um dos municípios atendidos pelo CONTORNO METROPOLITANO NORTE.
- 8.3. O controle societário da CONCESSIONÁRIA poderá ser modificado desde que com prévia autorização do PODER CONCEDENTE, conforme previsto na CLÁUSULA 9, mantidas as condições de qualificação e habilitação dispostas no EDITAL, conforme Cláusula 8.5 abaixo.
- 8.4. O prazo de duração da CONCESSIONÁRIA deve corresponder, no mínimo, ao prazo para cumprimento de todas as obrigações previstas neste CONTRATO.
- 8.5. Durante o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, a CONCESSIONÁRIA deverá manter as mesmas condições originárias, exigidas no EDITAL, no que tange à capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à prestação dos SERVIÇOS, e comprometer-se a cumprir todas as Cláusulas deste CONTRATO em vigor.

8.6. A CONCESSIONÁRIA poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, observadas as demais disposições deste CONTRATO.

8.7. A CONCESSIONÁRIA estará sempre vinculada ao disposto neste CONTRATO e no EDITAL, bem como à legislação e regulamentação brasileiras, em tudo o que concerne à EXPLORAÇÃO da CONCESSÃO PATROCINADA.

CLÁUSULA 9 DA TRANSFERÊNCIA ACIONÁRIA

9.1. A transferência total ou parcial da CONCESSÃO PATROCINADA ou a transferência do controle societário da CONCESSIONÁRIA, sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE, implicará a imediata caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA.

9.1.1. Para fins desta Cláusula, entende-se por controle societário o quanto disposto no artigo 116 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

9.2. Não se aplica o disposto na Cláusula 9 às transferências de controle societário direto ou indireto da CONCESSIONÁRIA entre AFILIADAS, inclusive decorrentes de reorganizações societárias dentro do mesmo grupo econômico das acionistas da CONCESSIONÁRIA, desde que os grupos econômicos das acionistas da CONCESSIONÁRIA permaneçam na composição de seu controle direto ou indireto.

9.3. Observado o procedimento previsto neste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE autorizará a transferência do controle da CONCESSIONÁRIA para seu(s) financiador(es), com o objetivo de promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.

9.3.1. O pedido para a autorização da transferência do controle nas hipóteses exigidas neste CONTRATO deverá ser apresentado ao PODER CONCEDENTE, por escrito, conjuntamente pela CONCESSIONÁRIA e/ou pelo(s) financiador(es), contendo a justificativa para tanto, bem como elementos que possam subsidiar a análise do pedido.

9.3.2. O PODER CONCEDENTE examinará o pedido no prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e/ou documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA e/ou à(s) instituição(ões) financiadora(s), convocar os sócios ou acionistas controladores da CONCESSIONÁRIA e tomar outras providências consideradas adequadas.

9.4. A autorização para a transferência do controle da CONCESSIONÁRIA nas hipóteses exigidas neste CONTRATO, caso seja concedida pelo PODER CONCEDENTE, será formalizada, por escrito, indicando as condições e os requisitos para sua realização.

CLÁUSULA 10 DO CAPITAL SOCIAL

10.1. O CAPITAL SUBSCRITO da CONCESSIONÁRIA é de R\$ 284.436.000,00 (duzentos e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil Reais), correspondente a 10% (dez por cento) dos investimentos estimados para os quatro primeiros anos de CONTRATO.

10.1.1. O capital integralizado da CONCESSIONÁRIA nesta data é o CAPITAL MÍNIMO INTEGRALIZADO, correspondente a 10% (dez por cento) do CAPITAL SUBSCRITO, nos termos exigidos no EDITAL.

10.1.2. O capital integralizado da CONCESSIONÁRIA deverá corresponder, em 31 de dezembro de cada ano, até o termo final da CONCESSÃO PATROCINADA, a, no mínimo, [●]% do total dos investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA para atendimento das CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, das atividades de OPERAÇÃO e de conservação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, e dos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme indicado em sua PROPOSTA ECONÔMICA.

10.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter o PODER CONCEDENTE permanentemente informado sobre o cumprimento, pelos acionistas, do COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL, autorizando-o, desde já, a realizar diligências e auditorias para a verificação da situação vigente.

10.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, reduzir o seu capital social, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE.

10.4. A CONCESSIONÁRIA somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas, ou o pagamento de títulos de participação nos lucros e mútuos a seus acionistas, no exercício seguinte àquele em que tiverem sido executadas as OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

CLÁUSULA 11 DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

11.1. Durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

11.1.1. Dar conhecimento de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO e que possa constituir causa de intervenção ou de caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA;

11.1.2. Dar conhecimento de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem, de modo relevante, o normal desenvolvimento da prestação dos SERVIÇOS, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas

à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos.

11.1.3. dar conhecimento acerca dos contratos de financiamento celebrados e respectivos termos aditivos;

11.1.4. dar conhecimento acerca de todos os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros que gerem RECEITAS ALTERNATIVAS/ACESSÓRIAS, conforme CLÁUSULA 30.

11.1.5. Apresentar mensalmente relatório com informações detalhadas sobre:

11.1.5.1. A execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

11.1.5.2. O estado de conservação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE;

11.1.5.3. As estatísticas de tráfego e acidentes, com análise de pontos críticos e medidas saneadoras implementadas ou a serem implementadas, nos termos do PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA – PER.

11.1.5.4. Aprovação dos projetos;

11.1.5.5. Obtenção de licenciamento ambiental, atendimento de condicionantes ambientais, bem como de abertura e decisão de processo administrativo para apuração de sanções e penalidades apuradas por órgão ambiental;

11.1.5.6. Execução de obra;

11.1.5.7. Execução de desapropriações.

11.1.6. Apresentar trimestralmente relatório com informações detalhadas sobre:

11.1.6.1. A qualidade ambiental ao longo do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

11.1.7. Apresentar semestralmente relatório com informações detalhadas sobre o desempenho de suas atividades, especificando, dentre outros, a forma de prestação dos SERVIÇOS, os resultados da EXPLORAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, bem como a programação e execução financeira da CONCESSÃO PATROCINADA.

11.1.8. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a apresentar, até 31 de agosto de cada ano, um relatório auditado de sua situação contábil incluindo, entre outros itens, o balanço e a demonstração de resultado correspondente ao semestre encerrado em 30 de junho do mesmo ano.

11.1.9. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a apresentar, até 31 de maio de cada ano, as demonstrações financeiras relativas ao exercício que será encerrado em 31 de dezembro do ano anterior incluindo, entre outros, o Relatório da Administração, o Balanço Anual, a Demonstração de Resultados, os Quadros de Origem e Aplicação de Fundos e as Notas Explicativas, com destaque para as Transações com Partes

Relacionadas, o Parecer dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal, caso tenha atuado.

- 11.1.10. Apresentar, em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre civil, informações atualizadas das projeções financeiras da CONCESSÃO PATROCINADA, constantes do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO PATROCINADA até o semestre anterior e os resultados projetados até o fim do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a elaboração dos quadros financeiros do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA.
 - 11.1.11. Apresentar, no prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, outras informações adicionais ou complementares que este, razoavelmente, venha formalmente solicitar.
 - 11.1.12. Os relatórios e informações previstos nos subitens anteriores deverão integrar bancos de dados em base informática, ao qual será assegurado acesso irrestrito, em tempo real, pelo PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, e aos órgãos de controle internos e externos da Administração Pública.
- 11.2. O sistema informatizado online, a ser implantado pela CONCESSIONÁRIA, deverá fornecer em tempo real todas as informações operacionais que auxiliarão no cálculo da NOTA FINAL DO QID, além de fornecer acesso às informações geradas pelo Centro de Controle Operacional da CONCESSIONÁRIA e imagem das câmeras em todas as áreas públicas e vias de tráfego, na forma que o PODER CONCEDENTE definir.
- 11.2.1. Todos os relatórios disponibilizados no sistema informatizado online deverão possuir certificação digital.
 - 11.2.2. Todos os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA devem ser disponibilizados ao PODER CONCEDENTE, ou suas cópias, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura dos mesmos.
 - 11.2.3. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a custear o sistema informatizado online descrito acima, que deverá ser disponibilizado em pleno funcionamento com o início da OPERAÇÃO, ainda que parcial.

CLÁUSULA 12 DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO

- 12.1. A CONCESSIONÁRIA deverá executar as OBRAS DE IMPLANTAÇÃO indicadas no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER, com observância dos parâmetros definidos, e em conformidade com os projetos elaborados sob sua exclusiva responsabilidade, os quais deverão ser submetidos ao PODER CONCEDENTE, conforme previsto na Cláusula 16.2.
 - 12.1.1. Será de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a elaboração dos estudos e projetos relativos às obras necessárias para os fins previstos na CLÁUSULA 16, bem

como a obtenção tempestiva de todas as licenças necessárias, incluindo as relacionadas com a proteção ao meio ambiente.

- 12.2. Os estudos e projetos relacionados às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO levarão em conta, quando necessário, os estudos de caráter urbanístico e de desenvolvimento que existam ou estejam em curso para as localidades ou regiões abrangidas nas zonas em que serão executados, nomeadamente os planos diretores municipais, e os planos e licenças ambientais correspondentes.
- 12.3. Eventuais alterações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE nas OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, ou a inclusão de novas OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, desde que impliquem em alteração dos custos ou das receitas da CONCESSIONÁRIA, serão consideradas para os efeitos da CLÁUSULA 19 do CONTRATO.
- 12.4. Após a conclusão dos serviços indispensáveis para a entrada em operação de trechos da rodovia em que foram realizadas as OBRAS DE IMPLANTAÇÃO consideradas necessárias para o atendimento das condições estabelecidas no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER e dos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar à SETOP a realização de vistoria.
- 12.5. O VERIFICADOR INDEPENDENTE atestará as OBRAS DE IMPLANTAÇÃO considerando as diretrizes do Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER, no prazo máximo de 10 dias a contar da solicitação da CONCESSIONÁRIA. O trecho objeto das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO deverá obter conceito “bom” ou “atende”, nos termos do QID para fins de recebimento de obra. Essa aferição serve apenas de parâmetro para o PODER CONCEDENTE receber a obra, não se computando à NOTA DO QID.
- 12.6. Uma vez atestado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE o PODER CONCEDENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para receber a obra ou manifestar a sua objeção.
- 12.7. O trecho objeto das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO que receber nota inferior a 9 não será objeto de vistoria para fins de recebimento de obra.
- 12.7.1. A vistoria referida no item 12.7 terá como finalidade a verificação da conformidade das obras, serviços e instalações relacionadas às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO com os projetos elaborados pela CONCESSIONÁRIA e submetidos ao PODER CONCEDENTE conforme previsto no item 16.2.
- 12.7.2. Uma vez realizada a vistoria, o PODER CONCEDENTE manifestará sua objeção ou não acerca de qualquer erro ou irregularidade quanto às obras, serviços e instalações executadas pela CONCESSIONÁRIA, podendo, nestas hipóteses, especificar correções ou complementações que se fizerem necessárias para atendimento às especificações do Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.
- 12.7.3. Caso o PODER CONCEDENTE não compareça à vistoria no prazo de 30 (trinta) dias contados da vistoria do VERIFICADOR INDEPENDENTE, ter-se-ão como aceitas as obras, serviços e instalações executados pela CONCESSIONÁRIA.

- 12.8. Consideram-se serviços indispensáveis para a entrada em operação dos trechos em que foram realizadas as OBRAS DE IMPLANTAÇÃO a efetiva conclusão das obras de arte, da pavimentação, das sinalizações horizontal e vertical, da iluminação, da vedação, da instalação dos equipamentos de segurança, a obtenção das licenças de operação, nos termos da legislação ambiental, sistemas de drenagem e proteção contra ruído, bem como de todas as demais atividades que impliquem permanência de equipamentos de realização de obras ou serviços, nas faixas de rolamento ou acostamento.
- 12.9. A emissão do documento referido no item 12.7.2 não implica qualquer responsabilidade do PODER CONCEDENTE relativamente às condições de segurança ou de qualidade das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO realizadas pela CONCESSIONÁRIA, nem exime ou diminui as responsabilidades da CONCESSIONÁRIA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.
- 12.10. No prazo máximo de 3 (três) meses a contar da data do Auto de Vistoria, a CONCESSIONÁRIA fornecerá ao PODER CONCEDENTE 3 (três) exemplares completos das peças definitivas, escritas e desenhadas, relativas às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO executadas, em material que permita a sua reprodução, e com utilização em meio eletrônico.

CLÁUSULA 13 DAS LICENÇAS AMBIENTAIS E DEMAIS AUTORIZAÇÕES

- 13.1. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA requerer, custear e obter, à exceção da LICENÇA PRÉVIA, as demais licenças ambientais (Licença de Instalação e Licença de Operação) e autorizações (certidões, alvarás, etc) necessárias à implementação e operação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE nos termos do Anexo VII do EDITAL - DIRETRIZES AMBIENTAIS.
- 13.1.1. Será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a realização das providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a concessão e manutenção das licenças ambientais e demais autorizações de sua responsabilidade necessárias ao pleno exercício de suas atividades, incorrendo a CONCESSIONÁRIA nas despesas correspondentes.
- 13.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá informar ao PODER CONCEDENTE caso quaisquer das licenças e/ou autorizações sob sua responsabilidade não sejam obtidas nos prazos estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor, ou não sejam, renovadas, ou, ainda, sejam revogadas ou por qualquer motivo deixem de produzir efeitos, indicando, desde logo, as medidas adotadas pela CONCESSIONÁRIA para remediar tal situação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua ciência.
- 13.1.3. Não serão imputáveis à CONCESSIONÁRIA os atrasos decorrentes da demora na emissão de documentos de responsabilidade do PODER PÚBLICO, desde que o atraso não tenha sido causado pela Concessionária.
- 13.1.4. Caso a CONCESSIONÁRIA esteja impossibilitada de cumprir as obrigações a ela atribuídas neste CONTRATO em virtude de não dispor das licenças ambientais ou demais autorizações exigíveis por razões exclusivamente a ela comprovadamente

imputáveis aplicar-se-á o disposto no **Erro! Fonte de referência não encontrada. Erro! Fonte de referência não encontrada.**, permanecendo a CONCESSIONÁRIA isenta de quaisquer sanções e/ou penalidades caso não tenha dado causa ao atraso e/ou não concessão das licenças e/ou autorizações aqui tratadas.

- 13.2. É de responsabilidade do PODER CONCEDENTE o licenciamento ambiental prévio do CONTORNO METROPOLITANO NORTE .
- 13.3. A CONCESSIONÁRIA apresentará ao PODER CONCEDENTE, com a periodicidade que este determinar, relatório sobre os impactos ambientais decorrentes da execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e dos SERVIÇOS, das ações tomadas para que sejam evitados ou mitigados, do cumprimento de condicionantes ou de qualquer outro instrumento de mitigação de riscos determinados pelas autoridades ambientais competentes.
- 13.4. O PODER CONCEDENTE poderá auxiliar a CONCESSIONÁRIA, acompanhando e prestando o suporte necessário na obtenção de licenças e demais autorizações exigíveis para a realização das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e/ou dos SERVIÇOS, incluindo, mas não se limitando, àquelas que subsidiaram a obtenção da LICENÇA PRÉVIA
- 13.4.1. O auxílio do PODER CONCEDENTE não exime a CONCESSIONÁRIA de sua responsabilidade na obtenção das licenças e demais autorizações e será prestado por meio da emissão de documentos e/ou solicitações, realização de diligência e/ou auxílio na interface com outros órgãos e entidades públicas, dentre outras medidas.
- 13.5. A CONCESSIONÁRIA deverá dar cumprimento à toda e qualquer exigência feita pelas autoridades ambientais competentes para a execução do CONTRATO e prevenção e mitigação de eventuais impactos ambientais deste decorrentes, observando-se o direito ao equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.
- 13.6. A CONCESSIONÁRIA deverá, na execução do CONTRATO: (i) zelar pela preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado; (ii) minimizar a ocorrência de impactos e/ou danos ao meio ambiente; (iii) zelar pela segurança das operações com fim de proteger a vida humana e o meio ambiente, e (iv) controlar a execução dos trabalhos de modo que os mesmo não comportem risco à vida humana e ao meio ambiente.
- 13.7. A CONCESSIONÁRIA deverá informar imediatamente ao PODER CONCEDENTE e às autoridades competentes qualquer ocorrência, decorrente de fato ou ato intencional ou acidental, envolvendo risco ou dano ao meio ambiente ou à saúde humana, prejuízos materiais ao patrimônio próprio ou de terceiros, fatalidades ou ferimentos graves para o pessoal próprio ou para terceiros ou interrupções não programadas dos trabalhos, conforme a legislação aplicável.

- 13.8. O PODER CONCEDENTE obriga-se a manter imune e indene a CONCESSIONÁRIA de todos e quaisquer danos e/ou passivos ambientais, cujo fato gerador seja anterior à DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO, na forma prevista na Cláusula 34.2.
- 13.9. A CONCESSIONÁRIA deverá corrigir imediatamente qualquer dano e/ou passivo ambiental, independentemente se o fato gerador foi anterior ou posterior à DATA DE EFICÁCIA. Caso o fato gerador seja anterior à DATA DE EFICÁCIA, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dar-se-á imediatamente após aprovação da recuperação ambiental realizada pela CONCESSIONÁRIA pelos órgãos ambientais pertinentes. Caso o fato gerador seja posterior à DATA DE EFICÁCIA, não ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 13.10. A CONCESSIONÁRIA deverá demonstrar por meio de perícia ou laudo técnico que o fato gerador dos danos e/ou passivos ambientais ocorreu anteriormente à DATA DE EFICÁCIA, para gerar direito a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 13.11. A CONCESSIONÁRIA não poderá paralisar realização de qualquer obrigação contratual em virtude de dano e/ou passivo ambiental.

CLÁUSULA 14 DO FINANCIAMENTO

- 14.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao normal desenvolvimento dos SERVIÇOS, de modo que se cumpram, total e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.
- 14.2. A CONCESSIONÁRIA deverá informar ao PODER CONCEDENTE acerca dos contratos de financiamento celebrados e encaminhar cópia dos respectivos instrumentos, tão logo tenham sido assinados.
- 14.2.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá alegar qualquer disposição, cláusula ou condição do(s) contrato(s) de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste CONTRATO, cujos termos reputar-se-ão de pleno conhecimento da(s) instituição(ões) financiadora(s).
- 14.2.2. Não havendo comprometimento da operacionalização e da continuidade do SERVIÇO, a CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes da CONCESSÃO PATROCINADA.
- 14.2.3. CONCESSIONÁRIA poderá ceder à(s) instituição(ões) financiadora(s) seus direitos creditórios relativos à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, hipótese em que os pagamentos efetuados diretamente pelo PODER CONCEDENTE à(s) instituição(ões) financiadora(s) observarão os mesmos prazos e condições previstos neste CONTRATO.
- 14.2.4. As indenizações devidas à CONCESSIONÁRIA no caso de término antecipado deste CONTRATO e os pagamentos a serem efetuados pelo PODER CONCEDENTE poderão ser pagos ou efetivados diretamente à(s) instituição(ões) financiadora(s), desde que

previsto o pagamento diretamente à referida(s) instituição(ões) financeira(s) no correspondente contrato de financiamento.

- 14.3. As ações da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia de financiamentos ou como contragarantia de operações vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes deste CONTRATO, desde que previamente autorizado ao PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 15 DA LIBERAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO

- 15.1. De acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Cláusula e as disposições legais aplicáveis, as desapropriações, desocupações e eventuais instituições de servidões administrativas, quando necessárias à prestação dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, serão efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, às suas expensas, observado limite no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais).

15.2. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (“DUP”)

- 15.2.1. São de responsabilidade do PODER CONCEDENTE as providências necessárias à emissão da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA dos imóveis a serem desapropriados para a realização do objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, incluindo também aqueles de uso temporário ou objeto de instituição de servidões administrativas, conforme Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.

- 15.2.1.1. Para a realização, pela CONCESSIONÁRIA, da fase executória da desapropriação, será de responsabilidade do PODER CONCEDENTE a emissão de Decreto, a favor da CONCESSIONÁRIA, declarando a utilidade pública para fins de desapropriação dos imóveis necessários à realização do objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.

- 15.2.2. Caso a CONCESSIONÁRIA identifique bens e áreas necessários à execução dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA não identificados inicialmente no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER, as PARTES, de comum acordo, quando e se necessário, estabelecerão um programa de trabalho, contendo os prazos para a obtenção da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA de referidos bens e áreas.

- 15.2.2.1. O PODER CONCEDENTE fiscalizará a condução, pela CONCESSIONÁRIA, dos processos de desapropriação ou de instituição de servidões, podendo prestar, quando cabível, apoio para o adequado desenvolvimento dos procedimentos respectivos, sem prejuízo das responsabilidades da CONCESSIONÁRIA.

- 15.2.2.2. Caso o PODER CONCEDENTE não emita a DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA no prazo acordado com a CONCESSIONÁRIA, conforme previsto acima, serão aplicáveis as disposições da CLÁUSULA 19 referentes à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, hipótese em que a CONCESSIONÁRIA não será responsabilizada por eventual atraso do CRONOGRAMA REFERENCIAL BÁSICO, na proporção do seu atraso.

15.2.3. Caberá à CONCESSIONÁRIA, com relação aos imóveis objeto da DUP:

- 15.2.3.1. a execução de levantamento topográfico planialtimétrico e cadastral individualizado;
- 15.2.3.2. a elaboração de cadastro técnico imobiliário; e
- 15.2.3.3. a realização da pesquisa fundiária.

15.3. DESAPROPRIAÇÕES

15.3.1. As desapropriações e a instituição de servidões administrativas, quando necessárias à prestação do serviço objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, exceto aquelas em andamento na data de apresentação da proposta, serão efetuadas pela Concessionária, às suas expensas e sob sua responsabilidade, com obediência às disposições da legislação aplicável.

15.3.2. Para cumprimento das obrigações relacionadas com as desapropriações ou instituição de servidões administrativas, a Concessionária deverá:

- 15.3.2.1. apresentar ao PODER CONCEDENTE, quando necessário, todos os elementos e documentos necessários à declaração de utilidade pública dos imóveis a serem desapropriados ou sobre os quais serão instituídas servidões administrativas, nos termos da legislação vigente;
- 15.3.2.2. conduzir os processos desapropriatórios ou de instituição de servidões administrativas, responsabilizando-se por todos os custos relacionados a estes, incluindo os referentes à aquisição dos imóveis e ao pagamento de indenizações ou de quaisquer outras compensações decorrentes da desapropriação ou da instituição de servidões ou de outros ônus ou encargos relacionados, considerando, ainda, eventual uso temporário de bens imóveis ou a realocação de bens ou pessoas, bem como as despesas com custas processuais, honorários advocatícios e de peritos;
- 15.3.2.3. proceder, às suas expensas, e na presença da fiscalização do PODER CONCEDENTE, que lavrará o respectivo auto, à demarcação dos terrenos que façam parte integrante da prestação do serviço objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, incluindo o levantamento da respectiva planta cadastral, e com a identificação dos terrenos que integram a CONCESSÃO PATROCINADA e as áreas remanescentes.

15.3.3. O pagamento, pela CONCESSIONÁRIA, ao terceiro desapropriado, quando realizado por via extrajudicial, ou seja, por acordo entre a CONCESSIONÁRIA e o terceiro indenizado, fica sujeito à prévia aprovação do seu valor pelo PODER CONCEDENTE, contra a apresentação, pela CONCESSIONÁRIA, de laudo de avaliação subscrito por perito especializado.

- 15.3.4. A CONCESSIONÁRIA apresentará mensalmente à SETOP relatório sobre o andamento dos processos de desapropriação ou de instituição de servidões administrativas, bem como de negociações que estiverem em andamento visando à aquisição de imóveis por negociação direta.
- 15.3.5. O pagamento das desapropriações deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA mediante a utilização das verbas previstas no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). A insuficiência das verbas previstas para o pagamento das desapropriações, ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da CLÁUSULA 19, desde que aprovado anteriormente pelo PODER CONCEDENTE.
- 15.3.6. O valor das verbas para desapropriações será reajustado segundo o critério estabelecido na CLÁUSULA 26 deste CONTRATO.
- 15.3.7. Para a obtenção da área livre e desimpedida, objeto de desapropriação, a CONCESSIONÁRIA deverá iniciar o processo de desapropriação, em tempo hábil, seja judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA 16 DOS PROJETOS DE ENGENHARIA

- 16.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável por realizar, por sua conta e risco, pesquisas, levantamentos e estudos, bem como elaborar e manter atualizados os projetos executivos relativos ao objeto deste CONTRATO, às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e quaisquer outras obras julgadas adequadas ou necessárias para o atendimento dos indicadores do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, assim considerado os parâmetros de avaliação “bom” ou “atende”.
- 16.2. A CONCESSIONÁRIA apresentará ao PODER CONCEDENTE, previamente à execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, os projetos executivos, devidamente acompanhados, quando for o caso, de estudos e pareceres técnicos, assim como das aprovações das autoridades competentes envolvidas, no prazo de 12 (doze) meses a contar da DATA DE EFICÁCIA.
- 16.2.1. Os projetos executivos de que trata esta Cláusula, inclusive suas revisões e alterações, mesmo durante a execução dos respectivos serviços, deverão observar as normas, padrões e especificações básicas atualmente vigentes, e adotadas pela SETOP, e, na falta destes, as normas editadas por órgãos e entidades nacionais e internacionais de referência.
- 16.2.2. Na elaboração dos projetos executivos, a CONCESSIONÁRIA observará as posturas municipais e outros regulamentos vigentes nos municípios limítrofes ao CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

- 16.3. O PODER CONCEDENTE pronunciar-se-á acerca das irregularidades ou incorreções constatadas nos projetos executivos encaminhados à sua análise, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, formalizando por escrito sua objeção ou não.
- 16.3.1. Na ausência de pronunciamento do PODER CONCEDENTE, no prazo acima indicado, os projetos executivos apresentados pela CONCESSIONÁRIA serão automaticamente considerados como não tendo sofrido qualquer objeção.
- 16.3.2. Havendo objeção pelo PODER CONCEDENTE aos projetos executivos apresentados, caberá à CONCESSIONÁRIA efetuar as correções necessárias e reapresentar o projeto no prazo de 30 (trinta) dias.
- 16.3.3. Após a reapresentação dos projetos executivos, com as adequações e/ou esclarecimentos, efetuados pela CONCESSIONÁRIA, terá como consequência o reinício da contagem do prazo para a manifestação do PODER CONCEDENTE.
- 16.4. A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a qualidade dos projetos executivos, podendo a CONCESSIONÁRIA firmar contrato específico com terceiros para a realização dos projetos executivos, para o cumprimento da obrigação assumida nesta Cláusula.
- 16.4.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao PODER CONCEDENTE quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações decorrentes do presente CONTRATO, alegando fatos resultantes das relações contratuais estabelecidas com os terceiros de que trata a Cláusula 16.4.
- 16.5. O PODER CONCEDENTE poderá realizar, sempre que oportuno, diligências e auditorias sobre os projetos executivos elaborados pela CONCESSIONÁRIA, bem como sobre a sua execução, devendo sempre comunicar a CONCESSIONÁRIA com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.
- 16.6. A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos referentes à execução e/ou correção dos projetos executivos referidos nesta Cláusula.
- 16.7. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela realização dos estudos geológicos e geotécnicos e de fundações necessários à execução dos projetos referentes ao objeto deste CONTRATO, conforme previsto nas normas de apresentação de projetos pertinentes.
- 16.8. A não objeção, expressa ou tácita, do PODER CONCEDENTE quanto aos projetos executivos ou estudos apresentados pela CONCESSIONÁRIA não implicará qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE, nem exime a CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente, das obrigações decorrentes deste CONTRATO, assim como das disposições legais ou regulamentares pertinentes, permanecendo sobre a exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA as eventuais imperfeições do projeto.
- 16.9. Após a execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá entregar, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias, o projeto “as built” da obra para o PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 17 DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA RODOVIA

- 17.1. Constitui estrita e essencial obrigação da CONCESSIONÁRIA, nos termos do presente CONTRATO, executar as OBRAS DE IMPLANTAÇÃO constantes do Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER e manter em funcionamento permanente o CONTORNO METROPOLITANO NORTE, atendendo às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, às atividades de OPERAÇÃO e de conservação e aos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 17.2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se, durante todo o prazo de vigência deste CONTRATO, a cumprir as condições estabelecidas na PROPOSTA ECONÔMICA, respeitado o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA.
- 17.2.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela manutenção, em bom estado de conservação e funcionamento, do Sistema de Controle Ambiental, e pelo controle de emissão de ruídos, com vistas a minimizar os riscos ao meio ambiente.
- 17.3. A CONCESSIONÁRIA poderá implantar sistemas tecnologicamente atualizados que permitam ampla automatização das operações, tanto no sentido de elevar o nível dos SERVIÇOS oferecido aos USUÁRIOS, como no de tornar mais eficiente o desempenho dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, especialmente no que se refere à monitoração do tráfego e do trânsito.
- 17.3.1. O disposto na Cláusula 17.3, não enseja em recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, face a obrigação da CONCESSIONÁRIA em prestar um serviço atualizado.
- 17.4. A circulação pelo CONTORNO METROPOLITANO NORTE obedecerá ao determinado no Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) ou lei que o venha substituir, bem como às demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente quanto aos direitos e deveres dos USUÁRIOS.
- 17.5. O PODER CONCEDENTE exercerá o poder de polícia no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, competindo-lhe a imposição de multas, sanções e medidas administrativas aos USUÁRIOS infratores, observada a legislação aplicável e os termos deste CONTRATO.
- 17.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá colaborar com a Polícia Rodoviária e com os demais agentes públicos ou privados designados pelo PODER CONCEDENTE para assegurar a fiscalização do trânsito de VEÍCULOS no CONTORNO METROPOLITANO NORTE.
- 17.6. Caberá à CONCESSIONÁRIA providenciar a remoção de VEÍCULOS acidentados ou com pane mecânica no CONTORNO METROPOLITANO NORTE que não tenham condição de se movimentar por seus próprios meios, observando as disposições do Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.

- 17.7. Caberá à CONCESSIONÁRIA providenciar a remoção e apreensão de animais de grande porte no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, observando as disposições do Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.
- 17.8. O serviço de atendimento de urgência a acidentes no CONTORNO METROPOLITANO NORTE será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, por meio de unidades de resgate localizadas ao longo do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.
- 17.9. Caberá à CONCESSIONÁRIA colaborar com as unidades de resgate para que o atendimento de urgência a acidentes se faça com a maior brevidade possível.
- 17.10. Caberá à CONCESSIONÁRIA providenciar a remoção de cargas derramadas sobre as pistas de rolamento e a limpeza do CONTROLE METROPOLITANO NORTE.
- 17.11. Contaminações advindas dos SERVIÇOS e que venham a tornar o meio ambiente inseguro ou inadequado para habitação ou para ocupação por animais e/ou degradado em sua capacidade de suportar vida vegetal e animal são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, no limite de sua faixa de domínio.
- 17.11.1. Para os efeitos da Cláusula 17.11, considera-se contaminação qualquer resíduo, poluente, substância nociva, substância tóxica, itens perigosos, resíduos perigosos ou resíduos especiais, ou qualquer componente de quaisquer dessas substâncias ou resíduos, em contato com a água, o solo ou o ar.
- 17.12. Caberá à CONCESSIONÁRIA instalar postos de atendimento aos USUÁRIOS do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme indicado no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.
- 17.12.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a colocar à disposição dos USUÁRIOS do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, nos postos de atendimento, sistema inviolável de registro de reclamações e sugestões.
- 17.13. Caberá à CONCESSIONÁRIA disponibilizar sistema de comunicação ao USUÁRIO, que será estabelecido através da implantação de sistema de telefonia com discagem direta gratuita (DDG-0800), telefonia móvel e portal de informações virtuais contendo informações atualizadas do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.
- 17.14. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar trimestralmente ao PODER CONCEDENTE um relatório sobre as reclamações apresentadas, as respostas dadas aos USUÁRIOS e as providências adotadas.
- 17.15. O sistema de comunicação com o USUÁRIO deverá prever a distribuição de boletins mensais de informação editados pela CONCESSIONÁRIA, e de auscultação do desempenho da CONCESSIONÁRIA através de manifestações espontâneas dos USUÁRIOS.

- 17.16. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a conservação e a manutenção das Praças de Pedágio, dos sistemas de contagem e a classificação de tráfego, incluindo o respectivo centro de controle e dos sistemas de iluminação, de sinalização e de segurança do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.
- 17.17. Caberá à CONCESSIONÁRIA implantar, operar e manter as praças de pedagiamento necessárias para a cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO durante o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme o Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.
- 17.18. Em situações de emergência, estado de sítio ou calamidade pública, o PODER CONCEDENTE poderá decretar a suspensão ou interrupção da execução de quaisquer trabalhos ou obras no CONTORNO METROPOLITANO NORTE e adotar as demais medidas que se mostrarem adequadas, mediante comunicação prévia à CONCESSIONÁRIA, a quem se assegurará, conforme o caso, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da CLÁUSULA 19 deste CONTRATO.
- 17.19. Qualquer patrimônio histórico ou arqueológico encontrado no CONTORNO METROPOLITANO NORTE pertencerá exclusivamente ao PODER CONCEDENTE, devendo a CONCESSIONÁRIA notificá-lo imediatamente acerca de sua descoberta, não podendo efetuar quaisquer trabalhos que afetem ou coloquem em perigo o patrimônio encontrado, sem obter orientações do PODER CONCEDENTE quanto à sua preservação, assegurado, se for o caso, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da CLÁUSULA 19 deste CONTRATO.

CLÁUSULA 18 DAS INTERFERÊNCIAS

- 18.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável pela execução e custeio dos remanejamentos de interferências e/ou intervenções necessários às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO independentemente de constarem no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER. O pagamento deverá ser efetuado pela CONCESSIONÁRIA o qual ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 18.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, sempre que necessário, permitir o cruzamento, no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, de quaisquer instalações ou redes de serviço públicas não previstas no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER, devendo ser submetido à CONCESSIONÁRIA pela prestadora de serviço o projeto executivo da respectiva interferência, a fim de que esta possa solicitar as modificações necessárias à adequação às demais instalações do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, para que a execução das instalações ou redes de serviço seja compatível com a segurança de tráfego.
- 18.2.1. O PODER CONCEDENTE responsabilizar-se-á pelo relacionamento com as prestadoras de serviços cujas atividades venham a interferir no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, de forma que eventuais atrasos decorrentes da atuação de tais prestadoras ensejarão a revisão do CRONOGRAMA REFERENCIAL BÁSICO e a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, na proporção de seu atraso.

18.2.2. A forma e os meios de realização e conservação das instalações a que se refere a Cláusula 18.2.1 deverão ser estabelecidos em contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e as prestadoras de serviços e/ou entidades responsáveis pela gestão dos serviços em causa, as quais deverão suportar os custos de sua realização e demais compensações eventualmente devidas à CONCESSIONÁRIA pela sua conservação.

18.2.3. Os contratos referidos na Cláusula anterior, bem como quaisquer alterações nestes, deverão ser previamente submetidos à aprovação do PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 19 DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. Sempre que forem atendidas as condições deste CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

19.2. O equilíbrio econômico financeiro será mantido observando-se sempre a execução real dos investimentos previstos no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, não se eximindo a CONCESSIONÁRIA, das penalidades aplicáveis no caso de atraso no cronograma.

19.2.1. A disposição prevista no item 19.2 não se aplica no caso da CONCESSIONÁRIA antecipar da execução dos investimentos.

19.3. As atualizações tecnológicas verificadas durante a vigência do CONTRATO, que permitirem o aprimoramento da exploração da CONCESSÃO PATROCINADA, deverão ser incorporadas ao escopo das atividades a serem desenvolvidas pela CONCESSIONÁRIA, não ensejando recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, em atendimento à atualidade do SERVIÇO.

19.4. A CONCESSIONÁRIA assumirá integral responsabilidade por todos os riscos inerentes à CONCESSÃO PATROCINADA, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente do CONTRATO.

19.5. Não caberá recomposição do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de:

19.5.1. variações previsíveis de custos nas obrigações imputáveis à CONCESSIONÁRIA, em relação ao previsto no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA.

19.5.2. dano segurável no mercado brasileiro, mesmo que em virtude de caso fortuito ou força maior.

19.6. Caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro para quaisquer das PARTES, nas hipóteses abaixo descritas que impliquem em acréscimo ou redução dos ônus ou encargos assumidos pela CONCESSIONÁRIA e/ou pelo PODER CONCEDENTE:

- 19.6.1. Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais, que tenham repercussão para mais ou para menos nas RECEITAS TARIFÁRIAS, na CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, no APORTE PÚBLICO, ou ainda nas despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionadas especificamente com a prestação dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;
- 19.6.2. Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outro órgão ou instituição pública, nas condições deste CONTRATO, desde que tenham repercussão para mais ou para menos nas RECEITAS TARIFÁRIAS, na CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, no APORTE PÚBLICO, ou ainda nas despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionadas especificamente com a prestação dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;
- 19.6.3. Ocorrência de eventos de força maior, caso fortuito e fato do príncipe, exceto na hipótese prevista no item 19.5.2;
- 19.6.4. Necessidade de alteração nos projetos ou nos investimentos previstos por solicitação do Poder Concedente, que altere as condições deste CONTRATO;
- 19.6.5. Exigência, pelo PODER CONCEDENTE, de índices de desempenho mais rigorosos, ou mais amenos, para prestação dos SERVIÇOS, em relação àqueles previstos neste CONTRATO e seus ANEXOS, que acarretem encargos adicionais, ou reduzidos, para a CONCESSIONÁRIA;
- 19.6.6. Isenções e/ou gratuidades que venham a ser criadas por Lei ou determinadas pelo Poder Concedente após a data da publicação do EDITAL;
- 19.6.7. Atrasos nos procedimentos de reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA ou APORTE PÚBLICO ou TARIFAS DE PEDÁGIO;
- 19.6.8. Impossibilidade de emissão das licenças ambientais e autorizações necessárias à plena execução do CONTRATO, emissão das licenças ambientais em desacordo com os critérios ora estabelecidos ou prazos previstos na legislação e regulamentação em vigor desde que decorrentes de causas não imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
- 19.6.9. Atrasos em qualquer desapropriação e/ou desocupação necessárias à implementação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE que não sejam imputáveis à CONCESSIONÁRIA;
- 19.6.10. Superveniência de disposições legais aplicáveis à CONCESSÃO PATROCINADA que tornem a execução deste CONTRATO mais ou menos onerosa;
- 19.6.11. Ocorrência de eventos extraordinários, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis;
- 19.6.12. Em outras hipóteses expressamente previstas na legislação e/ou neste CONTRATO.

- 19.7. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO terá como referência o VALOR PRESENTE LÍQUIDO – VPL constante do fluxo de caixa da PROPOSTA ECONÔMICA, considerando a TAXA INTERNA DE RETORNO do projeto real (sem previsão inflacionária) prevista no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, a ser utilizada sempre que houver necessidade e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.
- 19.8. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada através de uma das seguintes modalidades:
- 19.8.1. prorrogação do prazo da CONCESSÃO PATROCINADA;
 - 19.8.2. revisão do cronograma de investimentos;
 - 19.8.3. revisão do valor das TARIFAS DE PEDÁGIO para mais ou para menos;
 - 19.8.4. revisão da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA para mais ou para menos;
 - 19.8.5. inclusão ou revisão do valor do APORTE PÚBLICO;
 - 19.8.6. pagamento à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE, dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos ou do valor equivalente à PERDA DE RECEITA efetivamente incorrida;
 - 19.8.7. acréscimo ou redução de obras ou serviços;
 - 19.8.8. combinação das modalidades anteriores ou outras permitidas em lei.
 - 19.8.9. Especificamente na fase contratual de OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada exclusivamente por meio das modalidades previstas nos itens 19.8.5 ou 19.8.6 acima, sendo aplicável a combinação de ambas.
- 19.9. Observado o disposto acima, caberá ao PODER CONCEDENTE a escolha da forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, buscando sempre assegurar a continuidade da CONCESSÃO PATROCINADA e a preservação da capacidade de pagamento dos financiamentos.
- 19.10. Sempre que for efetuada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA será alterado para refletir a situação resultante da recomposição, devendo ser apresentado ao PODER CONCEDENTE, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data em que houver ocorrido a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 19.11. Os ganhos econômicos efetivos resultantes para a CONCESSIONÁRIA, decorrentes de ganhos de produtividade ou redução de custos operacionais em razão de utilização de novas técnicas, materiais ou tecnologias, reverterão exclusivamente para a CONCESSIONÁRIA, não sendo computados como resultado econômico-financeiro excedente ao VALOR PRESENTE LÍQUIDO – VPL projetado, constante da PROPOSTA ECONÔMICA, nem caracterizando hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro a favor do PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 20 DO PROCEDIMENTO PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 20.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO será implementada tomando-se como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, descritos em um relatório técnico ou laudo pericial a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE (nesta Cláusula denominada “PARTE REQUERENTE”), que demonstre o impacto de tais fatos nas projeções do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA.
- 20.2. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (doravante nesta Cláusula denominado “PEDIDO DE REEQUILÍBRIO”) poderá ser iniciado pela PARTE REQUERENTE no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após a ciência do evento que provocou o desequilíbrio.
- 20.3. O PEDIDO DE REEQUILÍBRIO, tanto de iniciativa da CONCESSIONÁRIA quanto de iniciativa do PODER CONCEDENTE, deverá:
- 20.3.1. estar acompanhado de relatório técnico ou laudo pericial, que demonstre o impacto (positivo ou negativo) da ocorrência nas projeções do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA;
 - 20.3.2. estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, podendo a outra PARTE (nesta Cláusula denominada “PARTE REQUERIDA”) solicitar laudos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes, desde que razoáveis e condizentes com o PEDIDO DE REEQUILÍBRIO apresentado;
 - 20.3.3. conter indicação da pretensão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, informando os impactos, os valores, as alternativas de recomposição e, dentre estas, a alternativa que a PARTE REQUERENTE entenda mais adequada dentre as admitidas pela legislação e por este CONTRATO;
- 20.4. Realizado um PEDIDO DE REEQUILÍBRIO, será obedecido o seguinte procedimento:
- 20.4.1. A PARTE REQUERIDA poderá, em um prazo de 60 (sessenta) dias, solicitar informações adicionais, as quais deverão ser prestadas pela PARTE REQUERENTE nos 60 (sessenta) dias subsequentes.
 - 20.4.2. Uma vez recebidas as informações adicionais, a PARTE REQUERIDA terá um prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciar-se sobre o PEDIDO DE REEQUILÍBRIO;
 - 20.4.3. Não havendo manifestação pela PARTE REQUERIDA nos prazos estabelecidos nesta Cláusula, a omissão será considerada concordância com o mérito do PEDIDO DE REEQUILÍBRIO e a(s) medida(s) de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá(ão) ser implementada(s) de imediato pelas PARTES, cabendo a cada uma as providências que lhes forem inerentes para tal fim.

- 20.4.4. Caso a(s) medida(s) de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não sejam implementada(s) de imediato pelas PARTES, não será facultada a suspensão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e/ou a prorrogação do prazo para a sua conclusão pela CONCESSIONÁRIA.
- 20.5. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido correrão por conta da PARTE interessada.

CLÁUSULA 21 DA VARIAÇÃO DO VOLUME DE TRÁFEGO NA RODOVIA

- 21.1. A aferição da variação de demanda será mensurada em função da RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO para a CONCESSÃO PATROCINADA, constante do Anexo VI do EDITAL - ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA.
- 21.2. A variação das RECEITAS TARIFÁRIAS de até 5% (cinco por cento) para mais ou para menos da RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO será suportada pela CONCESSIONÁRIA durante todo o período de CONCESSÃO.
- 21.3. Caso a variação das RECEITAS TARIFÁRIAS supere o patamar de 5% para mais ou para menos da RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO, o mecanismo de mitigação de risco será o seguinte:
- 21.3.1. Quando ocorrer uma VARIAÇÃO POSITIVA DE RECEITAS TARIFÁRIAS, os valores equivalentes à receita adicional decorrente desta variação serão depositados pela CONCESSIONÁRIA na CONTA VINCULADA informada pelo PODER CONCEDENTE.
- 21.3.2. Os recursos da CONTA VINCULADA terão a função de custear a execução das intervenções de aumento de capacidade ou das melhorias para atender às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, quando julgadas adequadas ou necessárias pelo PODER CONCEDENTE.
- 21.3.3. Os procedimentos para utilização dos recursos depositados na CONTA VINCULADA encontram-se descritos no Anexo III CONTRATO DE CONTA VINCULADA.
- 21.3.4. Quando ocorrer uma VARIAÇÃO NEGATIVA DE RECEITAS TARIFÁRIAS, a CONCESSIONÁRIA será compensada mediante acréscimo no valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, em montantes suficientes para que a CONCESSIONÁRIA receba ao menos 95% (noventa e cinco por cento) do valor correspondente à RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO.
- 21.3.4.1. Os ajustes na CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, serão efetuados nas condições apresentadas no Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.
- 21.3.4.2. A CONCESSIONÁRIA não será compensada nos termos desta Cláusula nos seguintes casos:
- 21.3.5. antes do início da OPERAÇÃO de todo os trechos do CONTORNO METROPOLITANO NORTE conforme previstos no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER; ou

- 21.3.6. caso CONCESSIONÁRIA deixe de realizar os investimentos previstos no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER, contribuindo para a não realização da demanda projetada para a RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO e, consequentemente, contribuindo para a VARIAÇÃO NEGATIVA DE RECEITAS TARIFÁRIAS.
- 21.4. A verificação das RECEITAS TARIFÁRIAS da CONCESSÃO PATROCINADA e a consequente aplicação, se necessário, dos mecanismos de mitigação de risco de variação da demanda previstos nas Cláusulas 21.3.1 e 21.3.4, será realizado a cada ano da CONCESSÃO PATROCINADA, comparando-se o ano vigente ao ano projetado sendo inadmitido em qualquer hipótese o seu computo cumulativo, para possibilitar a comparação com a RECEITA ESTIMADA DE PEDÁGIO.

CLÁUSULA 22 DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA

- 22.1. O desempenho mensal da CONCESSIONÁRIA será aferido nos termos deste CONTRATO e segundo os critérios descritos no Anexo VIII do EDITAL - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, consubstanciados nas NOTAS DO QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, permitindo ao PODER CONCEDENTE monitorar a qualidade dos SERVIÇOS prestados, mensurar o valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a ser paga a cada mês à CONCESSIONÁRIA, e aplicar, quando cabível, as sanções pertinentes.
- 22.2. A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos necessários ao atendimento dos parâmetros mínimos de desempenho previstos no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 22.3. Para efeitos de verificação de qualidade e mensuração do valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, o QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO terá como principais quesitos o atendimento a indicadores determinados, consoante a prestação dos SERVIÇOS nos aspectos (i) responsabilidade operacional, (ii) responsabilidade ambiental, (iii) responsabilidade social e (iv) gestão, conforme especificado no Anexo VIII do EDITAL - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 22.4. O PODER CONCEDENTE promoverá, a cada 05 (cinco) anos, a partir do início da OPERAÇÃO e enquanto houver pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, ou por ocasião das revisões do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, conforme o caso, a revisão do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, podendo, de comum acordo com a CONCESSIONÁRIA, efetuar alterações nos respectivos indicadores.
- 22.4.1. O conteúdo do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO poderá ser revisto unilateralmente pelo PODER CONCEDENTE na ocorrência das seguintes hipóteses:
- 22.4.1.1. utilização de índices de desempenho inaplicáveis à CONCESSÃO PATROCINADA;
- 22.4.1.2. utilização de índices de desempenho ineficazes para proporcionar aos SERVIÇOS a qualidade mínima exigível.
- 22.4.2. A revisão dos indicadores de desempenho, prevista nesta Cláusula ensejará o direito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro, nos termos deste CONTRATO, na

ocorrência de alteração dos custos ou das receitas da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos.

- 22.5. Nos termos da CLÁUSULA 23, a verificação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução dos SERVIÇOS será de responsabilidade do VERIFICADOR INDEPENDENTE, que conferirá à CONCESSIONÁRIA notas de acordo com as NOTAS DO QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, as quais resultam da ponderação descrita no Anexo VIII do EDITAL - QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

CLÁUSULA 23 DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

- 23.1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE, contratado pelo PODER CONCEDENTE por meio de licitação, nos termos da legislação vigente, será responsável pela aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA previsto na Cláusula 22.

23.1.1. Caso, no curso da execução deste CONTRATO, seja eventualmente comprovada circunstância que comprometa a situação de independência do VERIFICADOR INDEPENDENTE no cumprimento de suas atribuições em face do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser substituído, respondendo pelo fato na forma da lei e do respectivo contrato celebrado com o PODER CONCEDENTE.

- 23.2. O PODER CONCEDENTE responsabilizar-se-á pelo pagamento da remuneração devida ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, a título dos serviços prestados no âmbito do respectivo contrato.

- 23.3. A verificação do desempenho da CONCESSIONÁRIA pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE se dará segundo a aferição dos índices do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, a qual será realizada mensalmente pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, observando-se que:

23.3.1. até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido será emitido relatório pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, do qual constará a NOTA FINAL DO QID que será utilizada para o balizamento do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA (“RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO”); e

23.3.2. sobre as eventuais diferenças pagas a maior ou a menor à CONCESSIONÁRIA incidirá correção monetária, calculada com base no mesmo índice adotado para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA e das RECEITAS TARIFÁRIAS, até a data em que se efetivar a compensação, conforme previsto na Cláusula 26 deste CONTRATO.

23.3.3. Caso não seja emitido o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE no prazo estabelecido na Cláusula 23.3.1, será atribuída à CONCESSIONÁRIA a nota máxima prevista no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, para fins de pagamento da correspondente mensalidade de CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA pelo PODER CONCEDENTE.

23.3.4. Será igualmente atribuída a nota máxima prevista no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, enquanto não constituído, ou nomeado, pelo PODER CONCEDENTE, o VERIFICADOR INDEPENDENTE.

23.4. Na hipótese de o PODER CONCEDENTE não efetuar a contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, não será aplicado qualquer desconto na CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA até a efetiva contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE.

CLÁUSULA 24 DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA

24.1. As condições de remuneração da CONCESSIONÁRIA e de pagamento do APORTE PÚBLICO são aquelas constantes do Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.

24.2. Constituem remuneração da CONCESSIONÁRIA: RECEITA TARIFÁRIA; CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA e RECEITAS ACESSÓRIAS.

24.2.1. A CONCESSIONÁRIA auferirá a RECEITA TARIFÁRIA dos USUÁRIOS.

24.2.2. A CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA será paga à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE durante a EXPLORAÇÃO comercial do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

24.2.3. As RECEITAS ACESSÓRIAS serão recebidas pela CONCESSIONÁRIA de acordo com a forma que os respectivos negócios vierem a ser estruturados, respeitada a partilha estabelecida na Cláusula 30.6.

24.3. Além dos valores pagos a título de remuneração, conforme previsto no EDITAL e neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de contrapartida do PODER CONCEDENTE consubstanciada no APORTE PÚBLICO, a título da realização das obras e aquisição de bens reversíveis pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do §2º do artigo 6º da Lei Federal nº, 11.079 de 30 de dezembro de 2004.

24.4. Para fins deste CONTRATO, será denominada CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a soma do APORTE PÚBLICO e da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, considerando-se (i) os descontos referentes ao índice de desempenho e (ii) o compartilhamento do risco de variação do volume de tráfego (demanda) , conforme fórmula estabelecida no Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.

24.5. O não pagamento de quaisquer valores relativos à CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pelo PODER CONCEDENTE faculta à CONCESSIONÁRIA o acionamento da GARANTIA DO PODER CONCEDENTE.

- 24.6. Será vedado ao PODER CONCEDENTE estabelecer isenções ou privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto no cumprimento de lei que especifique as fontes de recursos para compensação e ressarcimento da CONCESSIONÁRIA.
- 24.7. As gratuidades, legalmente amparadas na data da publicação do EDITAL, referentes à CONCESSÃO PATROCINADA, serão obrigatoriamente cumpridas e assumidas pela CONCESSIONÁRIA.
- 24.7.1. As perdas decorrentes de gratuidades que venham a ser criadas por Lei ou determinadas pelo Poder Concedente após a data da publicação do EDITAL serão ressarcidas mensalmente à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, mediante reequilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO, nos termos da Cláusula 19.6.6 deste CONTRATO.
- 24.8. A CONCESSIONÁRIA, a seu exclusivo critério e por sua conta e risco, poderá conceder descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, sem que isso, todavia, possa gerar qualquer direito à revisão do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.
- 24.9. A concessão de descontos tarifários ou de promoções tarifárias de caráter sazonal pela CONCESSIONÁRIA não poderá comprometer a racionalidade do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.
- 24.10. A CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA a partir do início da OPERAÇÃO total do COTORNO METROPOLITANO NORTE conforme indicado no Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.

CLÁUSULA 25 DO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA

- 25.1. Uma vez realizado o processo de aferição do desempenho previsto nas CLÁUSULA 22 e CLÁUSULA 23, a CONCESSIONÁRIA emitirá nota fiscal ou outro documento equivalente para o recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA referente ao mês vencido.
- 25.1.1. Para os fins de pagamento, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE a respectiva nota fiscal, ou documento equivalente, nos termos do Decreto Estadual nº 37.924, de 16 de maio de 1996, correspondente à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA do mês vencido, juntamente com cópia do certificado emitido pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE contendo a NOTA FINAL DO QID.
- 25.1.2. A entrega da documentação será confirmada pelo PODER CONCEDENTE, por meio de protocolo de recebimento de nota fiscal, cuja cópia será encaminhada à instituição financeira juntamente com cópia da documentação apresentada pela CONCESSIONÁRIA.
- 25.2. O pagamento a que se refere a Cláusula 25, será feito pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA dentro de 10 (dez) dias úteis contados de seu recebimento, acompanhadas da documentação referida na Cláusula precedente.

- 25.3. A CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA poderá ser empenhada diretamente pela CONCESSIONÁRIA ao(s) seu(s) financiador(es), na forma prevista no artigo 5º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei Federal nº. 11.079 de 30 de dezembro de 2004.
- 25.4. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha cedido à(s) instituição(ões) financeira(s) seus direitos creditórios relativos à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, nos termos da Cláusula 14.2.3, os pagamentos respectivos serão efetuados pelo PODER CONCEDENTE, diretamente a esta(s) ou a quem esta(s) indicar (em).
- 25.5. O pagamento das notas fiscais ou de outros documentos equivalentes relacionados à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA será feito mediante crédito das importâncias correspondentes em favor da CONCESSIONÁRIA, em conta corrente mantida junto à instituição financeira indicada pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pela instituição financeira pagadora como quitação.
- 25.6. Em caso de inadimplemento do PODER CONCEDENTE no pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA ou do APORTE PÚBLICO, poderá a CONCESSIONÁRIA, na respectiva ordem: (1): acionar a GARANTIA DO PODER CONCEDENTE, (2): efetuar a compensação do débito, até o limite possível, com a parcela de ganhos a serem compartilhados nos termos deste CONTRATO que eventualmente couber ao PODER CONCEDENTE, (3): suspender os investimentos em curso na CONCESSÃO PATROCINADA, bem como a realização das atividades que não sejam estritamente necessárias à continuidade dos serviços, caso o inadimplemento perdure por mais de 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 17, inciso II, Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003.

CLÁUSULA 26 DO REAJUSTE

- 26.1. Os valores das TARIFAS DE PEDÁGIO, das CONTRAPRESTAÇÕES ADICIONAIS À TARIFA e dos APORTES PÚBLICOS serão reajustados anualmente e automaticamente, segundo os respectivos índices de reajuste e as condições apresentadas no Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.
- 26.2. Em caso de extinção de qualquer índice utilizado no reajuste das TARIFAS DE PEDÁGIO, das CONTRAPRESTAÇÕES ADICIONAIS À TARIFA ou dos APORTES PÚBLICOS, os seus respectivos valores serão reajustados pelo índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA 27 DA GARANTIA DO PODER CONCEDENTE

- 27.1. Para garantia de adimplemento das obrigações pecuniárias assumidas com a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE deverá observar o disposto no Anexo XII do EDITAL - ESTRUTURA DA GARANTIA DO PODER CONCEDENTE, constituída nos termos do Anexo XII do EDITAL - ESTRUTURA DA GARANTIA DO PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 28 DA COBRANÇA DE TARIFAS DE PEDÁGIO

28.1. A CONCESSIONÁRIA poderá iniciar a cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO aos USUÁRIOS a partir do início, ainda que parcial, da OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

28.1.1. Como condição para o início da cobrança das TARIFAS DE PEDÁGIO deverá estar em pleno funcionamento o sistema de pedágio eletrônico e a distribuição das etiquetas eletrônicas, nos termo do Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.

28.2. Para efeito de aplicação das TARIFAS DE PEDÁGIO, serão consideradas as categorias de VEÍCULOS constantes do Anexo V do EDITAL - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO.

28.3. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu critério, excluir as Praças de Pedágio, seja antes de sua construção ou após, quando comprovadamente essa exclusão não comprometer a prestação adequada do objeto deste CONTRATO e desde que previamente autorizada pelo PODER CONCEDENTE.

28.4. Quaisquer alterações nas TARIFAS DE PEDÁGIO, incluindo reajustes, deverão ser informadas ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

28.5. As formas de pagamento do pedágio incluirão os sistemas manual e automático, ou outros que o PODER CONCEDENTE autorize, e deverão ser compatíveis com os sistemas de pagamento em vigor nos demais sistemas rodoviários objeto de concessão.

28.5.1. O sistema de pedágio eletrônico deverá seguir as condições apresentadas no - POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO e operacionalmente as diretrizes do Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER .

28.5.2. Qualquer alteração das formas de pagamento referidas na Cláusula anterior dependerá de prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, cabendo à CONCESSIONÁRIA sugerir ao PODER CONCEDENTE, sempre que disponível e com economicidade, novos sistemas de cobrança.

CLÁUSULA 29 DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO PEDÁGIO

29.1. A CONCESSIONÁRIA poderá deixar de cobrar pedágio a determinados USUÁRIOS desde que com prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE, excetuando-se os casos de isenção discriminados abaixo e os de justificada urgência, a critério da CONCESSIONÁRIA.

29.2. São isentos de pagamento das TARIFAS DE PEDÁGIO os VEÍCULOS:

29.2.1. de uso da SETOP, DER-MG e da Polícia Rodoviária Estadual;

29.2.2. de uso das forças policiais, quando em serviço;

- 29.2.3. de atendimento público de emergência, tais como do Corpo de Bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
 - 29.2.4. das forças militares, quando em instrução ou manobra; e
 - 29.2.5. oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da Administração Autárquica, inclusive Fundações de Direito Público, do Estado de Minas Gerais, desde que credenciados, pelo PODER CONCEDENTE .
- 29.3. Os VEÍCULOS aos quais se refere a Cláusula 29.2, com exceção dos indicados no item 29.2.2 a 29.2.4, deverão estar munidos dos respectivos comprovantes de isenção emitidos pela CONCESSIONÁRIA.
- 29.4. Será vedado ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto para o cumprimento de lei que especifique as fontes de recursos para compensação e ressarcimento da CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 30 DAS RECEITAS ACESSÓRIAS

- 30.1. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS, desde que a exploração não acarrete prejuízos à prestação adequada dos SERVIÇOS.
- 30.2. As seguintes receitas poderão ser exploradas a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, sem prejuízo de eventuais outras atividades, estas devida e previamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE, que surgirem e se enquadrarem na definição de RECEITAS ACESSÓRIAS, conforme este CONTRATO:
- 30.2.1. cobrança por publicidade permitida em lei, na forma regulamentada pelo PODER CONCEDENTE;
 - 30.2.2. receitas decorrentes da cobrança de implantação e manutenção de acessos, mediante prévia autorização do PODER CONCEDENTE e na forma regulamentada pelo PODER CONCEDENTE;
 - 30.2.3. receitas decorrentes do compartilhamento mediante cessão de uso da faixa de domínio, observada a regulamentação vigente;
 - 30.2.3.1. A ocupação de espaços para exploração comercial nas faixas de domínio estará subordinada ao privilégio de trânsito e da segurança do público, respeitadas as legislações federal, estadual e municipais em vigor, ficando reservado ao PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, o uso compartilhado da faixa de domínio para implementação de projetos de interesse do Estado de Minas Gerais, sem quaisquer ônus à CONCESSIONÁRIA.
 - 30.2.4. receitas decorrentes da celebração de contratos firmados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros relativos à prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES;

30.2.5. receitas decorrentes da prestação dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES pela CONCESSIONÁRIA.

30.3. Não será permitida a exploração de atividades ou a veiculação de publicidade que infrinja a legislação em vigor, que atente contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político partidário, ou que possa prejudicar o desenvolvimento operacional e os aspectos comerciais do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

30.4. O prazo de todos os contratos de exploração comercial celebrados pela CONCESSIONÁRIA não poderá ultrapassar o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA.

30.5. A CONCESSIONÁRIA deverá informar ao PODER CONCEDENTE acerca dos contratos firmados que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, quando de sua celebração.

30.6. As fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS serão partilhadas entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE na proporção de 40% (quarenta por cento) para o PODER CONCEDENTE e 60% (sessenta por cento) para a CONCESSIONÁRIA.

30.6.1. O cálculo da partilha considerará o valor da receita líquida efetivamente auferida pela CONCESSIONÁRIA referente aos itens acima.

30.6.2. As compensações de valores entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA, decorrentes da partilha das RECEITAS ACESSÓRIAS, ocorrerão ao final de cada ano, partir do início do CONTRATO.

CLÁUSULA 31 DAS GARANTIAS OFERECIDAS PELA CONCESSIONÁRIA

31.1. A CONCESSIONÁRIA prestará e manterá, ao longo de todo o período da CONCESSÃO PATROCINADA, as GARANTIAS DE EXECUÇÃO, conforme especificação a seguir:

31.1.1. Implantação. A partir da DATA DE EFICÁCIA e até a conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA prestará e manterá a GARANTIA DE IMPLANTAÇÃO, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para as OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, conforme o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, de modo a garantir o fiel e tempestivo cumprimento das obrigações relativas à conclusão das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

31.1.1.1. Em caso de início parcial da OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, a GARANTIA DE IMPLANTAÇÃO será reduzida proporcionalmente ao(s) trecho(s) das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO já concluído(s).

31.1.2. Operação. De modo a garantir o fiel cumprimento da OPERAÇÃO e da CONSERVAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, a CONCESSIONÁRIA, no primeiro ano de OPERAÇÃO, ainda que parcial, prestará e manterá a GARANTIA DE OPERAÇÃO no valor correspondente a 10% (dez por cento) dos custos operacionais previstos pela CONCESSIONÁRIA no primeiro ano de OPERAÇÃO do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA. A partir do segundo ano de OPERAÇÃO, ainda que parcial, a

CONCESSIONÁRIA prestará e manterá a GARANTIA DE OPERAÇÃO no valor correspondente a 10% (dez por cento) dos custos operacionais apresentados no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA referente ao ano anterior.

31.2. As GARANTIAS DE EXECUÇÃO cobrirão:

- 31.2.1.1. o pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA em razão de inadimplemento no cumprimento de suas obrigações contratuais; e
- 31.2.1.2. o ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE para adequar o CONTORNO METROPOLITANO NORTE às condições definidas nas CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA.

31.3. Sempre que o valor da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA e das TARIFAS DE PEDÁGIO forem reajustados, nos termos da POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMOS DE PAGAMENTO, a CONCESSIONÁRIA deverá complementar as GARANTIAS DE EXECUÇÃO no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da vigência do reajustamento.

31.4. Se o valor das multas impostas for superior ao valor das GARANTIAS DE EXECUÇÃO prestadas, além da execução das garantias, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença mediante reposição do valor integral da garantia prestada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva notificação, sob pena de cobrança.

31.5. A GARANTIA DE IMPLANTAÇÃO será liberada de acordo com a execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, desde que devidamente atendidas, pela CONCESSIONÁRIA, todas as CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA.

31.6. A GARANTIA DE OPERAÇÃO ficará retida até a assinatura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO CONTORNO METROPOLITANO NORTE, conforme previsto neste CONTRATO.

31.7. As GARANTIAS DE EXECUÇÃO poderão ser prestadas, a critério da CONCESSIONÁRIA, em qualquer das seguintes modalidades, ou em qualquer combinação delas:

- 31.7.1.1. Caução em moeda corrente do país;
- 31.7.1.2. Caução em títulos da dívida pública, desde que emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, e não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, ou adquiridos compulsoriamente;
- 31.7.1.3. Seguro-garantia; ou
- 31.7.1.4. Fiança bancária.

CLÁUSULA 32 DOS SEGUROS

32.1. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar, na DATA DE EFICÁCIA, a contratação das coberturas de seguros estabelecidas abaixo, sem prejuízo da contratação de seguro necessário para garantir uma efetiva cobertura dos riscos

inerentes à execução das atividades pertinentes à CONCESSÃO PATROCINADA e mantê-las em vigor durante todo o prazo do CONTRATO.

32.1.1. Seguro de responsabilidade civil de obras, sempre que existentes, com vigência equivalente ao prazo da obra, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela CONCESSÃO PATROCINADA, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros.

32.1.2. O seguro previsto nesta Cláusula deverá ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros e com as seguintes coberturas adicionais:

- 32.1.2.1. Responsabilidade Civil com Fundações;
- 32.1.2.2. Responsabilidade Civil Cruzada;
- 32.1.2.3. Erro de Projeto;
- 32.1.2.4. Poluição Súbita/acidental;
- 32.1.2.5. Danos Morais Decorrentes da Básica;
- 32.1.2.6. Responsabilidade Civil Empregador; e
- 32.1.2.7. Danos Morais Decorrentes de Empregador.

32.1.3. Seguro de riscos de engenharia, sempre que houver obras, com vigência equivalente ao prazo da obra, cobrindo a CONCESSIONÁRIA por danos materiais à obra. O seguro de risco de engenharia deverá contemplar as seguintes coberturas adicionais:

- 32.1.3.1. Erro de Projeto / Risco do Fabricante;
- 32.1.3.2. Manutenção Ampla (12 meses);
- 32.1.3.3. Despesas Extraordinárias;
- 32.1.3.4. Despesas de Desentulho;
- 32.1.3.5. Tumultos;
- 32.1.3.6. Honorários de Peritos; e
- 32.1.3.7. Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros.

32.1.4. Seguro de riscos operacionais, abrangendo danos materiais e PERDA DE RECEITA.

32.1.4.1. O valor da cobertura de danos materiais deverá basear-se nos custos de reposição e ser igual ou superior ao valor total dos BENS REVERSÍVEIS, abrangendo o valor integral dos equipamentos, instalações, sistemas e outros bens vinculados à CONCESSÃO PATROCINADA.

32.1.4.2. A cobertura de PERDA DE RECEITA deverá incluir, sem se limitar, as perdas financeiras decorrentes de eventual atraso no início da OPERAÇÃO, bem como as decorrentes de eventual interrupção na EXPLORAÇÃO e deverá considerar a receita estimada para os 12 (doze) primeiros meses de OPERAÇÃO da

CONCESSÃO PATROCINADA, constante do Anexo VI do EDITAL - ESTUDO DE DEMANDA E ESTIMATIVA DE RECEITA, sendo que o período indenitário deve ser no mínimo equivalente a 06 (seis) meses.

- 32.1.5. Seguro de responsabilidade civil de operações, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela CONCESSÃO PATROCINADA, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros, devendo tal seguro ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros equivalente.
- 32.1.6. Seguro de cascos da frota dos VEÍCULOS operacionais, definidos no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER, com cobertura compreensiva pelo valor de mercado e responsabilidade civil facultativa.
- 32.2. Constitui responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o cálculo dos seguros de responsabilidade civil de obras, de riscos de engenharia e operacionais, os quais deverão atender aos limites máximos de indenização calculados pelo maior dano provável.
- 32.3. As apólices devem ser contratadas com seguradoras e resseguradoras de primeira linha, assim entendidas aquelas de força financeira em escala nacional com operações devidamente aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
- 32.4. Nenhuma OBRA DE IMPLANTAÇÃO ou SERVIÇO poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao PODER CONCEDENTE comprovação de que as apólices dos seguros exigidas neste CONTRATO se encontram em vigor e observam as condições estabelecidas neste CONTRATO.
- 32.5. Em até 30 (trinta) dias após a data de emissão do certificado da respectiva apólice, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE cópia autenticada das apólices.
- 32.6. O PODER CONCEDENTE deverá figurar como um dos co-segurados em todas as apólices de seguros referidas neste CONTRATO, com cláusula de expressa renúncia ao eventual exercício de sub-rogação nos direitos que as seguradoras tenham ou venham a ter contra o PODER CONCEDENTE.
- 32.6.1. Poderão ser incluídas nas apólices de seguro como co-seguradas as instituições financeiras que realizem empréstimo ou coloquem no mercado obrigações de emissão da CONCESSIONÁRIA.
- 32.7. O cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices deverá ser previamente autorizado pelo PODER CONCEDENTE.

- 32.8. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelo pagamento integral da franquia em caso de utilização de qualquer seguro previsto neste CONTRATO, exceto naquelas hipóteses em que o sinistro for causado pelo próprio PODER CONCEDENTE.
- 32.9. Nas apólices de seguros, deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, imediatamente, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.
- 32.10. Os seguros para a operação da CONCESSÃO PATROCINADA descritos nesta Cláusula deverão ter vigência anual.
- 32.11. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do vencimento das respectivas apólices, documento comprobatório de que estas foram renovadas ou de que serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após os seus respectivos vencimentos.
- 32.11.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não encaminhe os documentos previstos nesta Cláusula no prazo estabelecido, o PODER CONCEDENTE poderá, desde que previamente notificada a CONCESSIONÁRIA, contratar os seguros e cobrar da CONCESSIONÁRIA o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do reequilíbrio econômico deste CONTRATO, sem eximir a CONCESSIONÁRIA das penalidades previstas neste CONTRATO.
- 32.11.2. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar anualmente ao PODER CONCEDENTE cópia autenticada das apólices dos seguros contratados e renovados.
- 32.12. O limite das coberturas contratadas para danos materiais deverá basear-se nos custos de reposição.
- 32.13. Os valores das coberturas de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA serão reajustados de acordo com os índices de reajuste das TARIFAS DE PEDÁGIO.
- 32.14. A cobertura de seguros deverá incluir cobertura de danos por motivos de caso fortuito e força maior, sempre que forem seguráveis, na época de contratação das apólices de seguro.
- 32.15. A obrigação da CONCESSIONÁRIA de manter vigentes as coberturas de seguro de que trata esta Cláusula findará com a assinatura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO CONTOURNO METROPOLITANO NORTE, à exceção dos seguros referentes à execução das obras, os quais deverão ter vigência idêntica à das obras seguradas.

CLÁUSULA 33 DA FISCALIZAÇÃO

- 33.1. O PODER CONCEDENTE exercerá fiscalização sobre os SERVIÇOS concedidos, podendo suspender qualquer atividade em execução que, comprovadamente, esteja sendo realizada em desconformidade com o previsto neste CONTRATO e em seus ANEXOS.

- 33.2. O PODER CONCEDENTE, diretamente ou por meio de seus representantes credenciados, poderá realizar, na presença de representantes da CONCESSIONÁRIA, ou solicitar que esta execute às suas expensas, dentro de um programa que será estabelecido de comum acordo pelas PARTES, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente as condições de funcionamento e as características dos equipamentos, sistemas e instalações.
- 33.3. As determinações que o PODER CONCEDENTE vier a fazer, motivadamente, no âmbito de seus poderes de fiscalização, deverão ser objeto de notificação à CONCESSIONÁRIA, estabelecendo prazo razoável para o seu cumprimento e deverão ser cumpridas pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do seu direito de apresentar o recurso cabível contra a determinação, nos termos deste CONTRATO.
- 33.4. Eventuais desvios entre o andamento dos SERVIÇOS, o PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA e o QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO em vigor deverão ser objeto de explicações detalhadas. Tratando-se de atrasos, deverão ser apresentadas pela CONCESSIONÁRIA as medidas que serão tomadas para saná-los, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, desde que tais atrasos sejam decorrentes de fatos imputáveis à CONCESSIONÁRIA.

CLÁUSULA 34 DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

- 34.1. A CONCESSIONÁRIA não terá ou assumirá quaisquer responsabilidades, por obrigações de natureza cível, comercial, trabalhista, tributária, ambiental ou de qualquer outra natureza, seja como sucessora, devedora solidária ou subsidiária, decorrentes de atos ou fatos praticados ou ocorridos antes da DATA DE EFICÁCIA deste CONTRATO, de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, ainda que tais fatos ou atos sejam descobertos após a DATA DE EFICÁCIA.
- 34.1.1. O PODER CONCEDENTE deverá ressarcir, defender e indenizar a CONCESSIONÁRIA, mantendo-a imune e indene de todos os gastos, danos e prejuízos indenizações, ações, reclamações de terceiros, decisões definitivas, acordo judicial ou extrajudicial, perdas, sanções, multas, penalidades, custos, despesas com honorários advocatícios e custas judiciais, conhecidos ou não, em decorrência de referidos atos ou fatos imputáveis ao PODER CONCEDENTE ocorridos antes da DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO.
- 34.2. O PODER CONCEDENTE obriga-se a ressarcir, defender e indenizar a CONCESSIONÁRIA, mantendo-a imune e indene de todos e quaisquer danos, prejuízos, indenizações, ações, reclamações, decisões definitivas, acordo judicial ou extrajudicial, perdas, sanções, multas, penalidades, custos, despesas com honorários advocatícios e custas judiciais, conhecidos ou não, em decorrência de danos ambientais ou infrações ambientais continuadas, cujo fato gerador seja anterior à DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO ou posterior à DATA DE EFICÁCIA do CONTRATO nos casos em que a CONCESSIONÁRIA possa vir a ser responsabilizada em caráter solidário com o PODER CONCEDENTE, observando-se o item 13.10.

CLÁUSULA 35 DOS CONTRATOS COM TERCEIROS

- 35.1. Sem prejuízo de suas responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à CONCESSÃO PATROCINADA, bem como a implantação de projetos associados.
- 35.1.1. A execução das atividades contratadas pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pressupõe o cumprimento das normas legais, regulamentares e contratuais da CONCESSÃO PATROCINADA.
- 35.2. Os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros envolvidos e o PODER CONCEDENTE.
- 35.3. A CONCESSIONÁRIA responderá, ainda, pelos prejuízos causados pelas entidades por ela contratadas para o desenvolvimento das atividades compreendidas na CONCESSÃO PATROCINADA.
- 35.4. Constituirá especial dever da CONCESSIONÁRIA prover e exigir, de qualquer entidade com quem venha a contratar, que sejam promovidas as medidas necessárias para salvaguardar a integridade física dos USUÁRIOS e dos cidadãos afetos à CONCESSÃO PATROCINADA, devendo-se, ainda, cumprir e zelar pelo cumprimento das normas de higiene e segurança em vigor.

CLÁUSULA 36 DOS CASOS DE EXTINÇÃO

- 36.1. A CONCESSÃO PATROCINADA considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer, nas seguintes hipóteses:
- 36.1.1. término do prazo deste CONTRATO;
- 36.1.2. encampação;
- 36.1.3. caducidade;
- 36.1.4. rescisão;
- 36.1.5. anulação; ou
- 36.1.6. recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.
- 36.2. Extinta a CONCESSÃO PATROCINADA, retornam automaticamente ao PODER CONCEDENTE os equipamentos, instalações e outros bens, direitos e privilégios vinculados aos SERVIÇOS concedidos, incluindo aqueles transferidos à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE e os por ela adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO PATROCINADA.
- 36.3. Os bens revertidos ao PODER CONCEDENTE deverão estar em condições adequadas de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, pelo prazo mínimo adicional de pelo menos 05 (cinco) anos, salvo quando tiverem vida útil inferior.

- 36.4. No caso de extinção da CONCESSÃO PATROCINADA, o PODER CONCEDENTE poderá:
- 36.4.1. assumir a prestação dos SERVIÇOS, no local e no estado em que se encontrar;
 - 36.4.2. ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução dos SERVIÇOS, necessários à sua continuidade;
 - 36.4.3. reter e executar as garantias contratuais, para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA;
 - 36.4.4. manter os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas; e/ou
 - 36.4.5. aplicar as penalidades cabíveis.
- 36.5. Em qualquer hipótese de extinção da CONCESSÃO PATROCINADA, o PODER CONCEDENTE assumirá direta ou indireta e imediatamente, a operação da CONCESSÃO PATROCINADA, para garantir sua continuidade e regularidade.

CLÁUSULA 37 DO ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

- 37.1. Encerrado o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, a CONCESSIONÁRIA será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à CONCESSÃO PATROCINADA celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.
- 37.2. A CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos vinculados aos bens da CONCESSÃO PATROCINADA em decorrência da extinção em função do advento do termo contratual, à exceção de investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos SERVIÇOS.
- 37.3. Até 36 (trinta e seis) meses antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da OPERAÇÃO pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiro autorizado e para calcular a indenização dos bens não amortizados à CONCESSIONÁRIA.
- 37.4. O cálculo do valor da indenização dos bens não amortizados será feito com base no valor contábil constante nas demonstrações contábeis da CONCESSIONÁRIA, apurado segundo a legislação aplicável e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual reavaliação de ativos, salvo quando essa tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas nesse sentido do PODER CONCEDENTE.
- 37.5. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o PODER CONCEDENTE para que os SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA continuem a

ser prestados, sem que haja interrupção, bem como prevenindo e mitigando qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos USUÁRIOS.

CLÁUSULA 38 DA ENCAMPAÇÃO

38.1. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, mediante autorização legislativa e prévio pagamento de indenização, encampar a CONCESSÃO PATROCINADA, por motivos de interesse público.

38.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de encampação cobrirá:

38.2.1. as parcelas dos investimentos realizados ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste CONTRATO, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

38.2.2. a desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídas com vistas ao cumprimento deste CONTRATO, mediante, conforme o caso:

38.2.2.1. prévia assunção, perante as instituições financiadoras, das obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA, em especial quando a sua receita figurar como garantia do financiamento; ou

38.2.2.2. prévia indenização à CONCESSIONÁRIA da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as instituições financiadoras;

38.2.3. todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e

38.2.4. demais danos emergentes e lucros cessantes, devidamente comprovados.

38.3. O cálculo do valor da indenização dos bens não amortizados será feito com base no valor contábil constante nas demonstrações contábeis da CONCESSIONÁRIA, apurado segundo a legislação aplicável e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual reavaliação de ativos, salvo quando esta tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas nesse sentido do PODER CONCEDENTE.

38.4. Para efeito desta Cláusula, enquanto não for realizado integralmente o pagamento da indenização devida, fica mantida a GARANTIA DO PODER CONCEDENTE a fim de garantir o pagamento das parcelas devidas, calculadas de acordo com a seguinte equação:

$$PVI = VI / N$$

Na qual:

PVI – é o valor de cada parcela mensal da indenização, devida pela PODER CONCEDENTE;

VI – é o valor total da indenização;

N – número de parcelas mínimo, para que o valor mensal da indenização seja menor ou igual ao valor máximo mensal apresentado para a CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA de acordo com o quanto estipulado na PROPOSTA ECONÔMICA.

CLÁUSULA 39 DA CADUCIDADE

39.1. O PODER CONCEDENTE poderá declarar a caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA na hipótese de inexecução total ou parcial deste CONTRATO, observado o disposto nas normas regulamentares e legais pertinentes, e especialmente quando a CONCESSIONÁRIA:

39.1.1. Prestar os SERVIÇOS objeto deste CONTRATO de forma inadequada ou deficiente, tendo por base os parâmetros de desempenho, conforme QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, especificamente nas hipóteses de:

39.1.1.1. ocorrer atraso no cumprimento do cronograma de investimentos constante do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, deixando a CONCESSIONÁRIA de executar, ou executar em atraso 50% das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO e obras de ampliação, previstas no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA e no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER, em qualquer ano da CONCESSÃO PATROCINADA, salvo em decorrência de antecipação dos investimentos em ano anterior;

39.1.1.2. a CONCESSIONÁRIA obter notas de desempenho que caracterizam desempenho ruim, assim considerado quando a CONCESSIONÁRIA obtiver NOTA FINAL DO QID inferior a 5 (cinco) por 6 (seis) meses consecutivos;

39.1.1.3. a CONCESSIONÁRIA obter notas de desempenho que caracterizam desempenho nulo, assim considerado quando a CONCESSIONÁRIA obtiver NOTA FINAL DO QID igual a 0 (zero) por 3 (três) meses.

39.1.2. Descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à CONCESSÃO PATROCINADA de forma que sejam afetados relevantemente os SERVIÇOS a serem prestados no âmbito deste CONTRATO;

39.1.3. Paralisar o SERVIÇO ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

39.1.4. Perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do SERVIÇO;

39.1.5. Não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

39.1.6. Não atender a intimação do PODER CONCEDENTE no sentido de regularizar a prestação do SERVIÇO;

- 39.1.7. For condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;
- 39.2. O PODER CONCEDENTE não poderá declarar a caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA com relação ao inadimplemento da CONCESSIONÁRIA resultante dos eventos causados pela ocorrência de caso fortuito ou força maior.
- 39.3. A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação do inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.
- 39.3.1. Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem prévia notificação à CONCESSIONÁRIA, sendo-lhe dado, em cada caso, prazo razoável para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o seu enquadramento aos termos deste CONTRATO.
- 39.3.2. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pelo PODER CONCEDENTE, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo e de acordo com a Cláusula 39.3.3.
- 39.3.3. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.
- 39.4. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados aos BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados.
- 39.5. Do montante previsto na Cláusula 39.4 serão descontados:
- 39.5.1. os prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE e à sociedade;
- 39.5.2. as multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas até a data do pagamento do montante previsto na Cláusula 39.5; e
- 39.5.3. quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.
- 39.6. A declaração de caducidade acarretará, ainda:
- 39.6.1. a execução das GARANTIAS DE EXECUÇÃO, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE; e
- 39.6.2. a retenção de eventuais créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE.
- 39.7. O cálculo do valor da indenização dos bens não amortizados será feito com base no valor contábil constante nas demonstrações contábeis da CONCESSIONÁRIA, apurado segundo a legislação aplicável e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual

reavaliação de ativos, salvo quando essa tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas nesse sentido do PODER CONCEDENTE.

CLÁUSULA 40 DA RESCISÃO CONTRATUAL

40.1. A CONCESSIONÁRIA deverá notificar o PODER CONCEDENTE de sua intenção de rescindir este CONTRATO em quaisquer dos seguintes eventos:

40.1.1. expropriação, sequestro ou requisição de uma parte substancial dos ativos ou participação societária da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outro órgão público, sem que aquela tenha incorrido em culpa;

40.1.2. descumprimento contratual pelo PODER CONCEDENTE com relação ao pagamento de qualquer montante superior ao valor equivalente ao valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA pelo período de 06 (seis) meses contados da data de vencimento do pagamento devido, e desde que a fatura referente ao pagamento não tenha sido expressamente rejeitada por ato administrativo ou que não tenha sido objeto das GARANTIAS DO PODER CONCEDENTE; ou

40.1.3. descumprimento de obrigações pelo PODER CONCEDENTE que gere um desequilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

40.2. Os SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA somente poderão ser interrompidos ou paralisados após a decisão judicial, ou em até 20 (vinte) dias da rescisão feita administrativamente na hipótese da Cláusula 40.1 acima.

40.3. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA no caso de rescisão será calculada de acordo com as Cláusulas 38.2 e 38.3 deste CONTRATO.

40.4. Para fins do cálculo indicado na Cláusula acima, serão deduzidos os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

40.5. Este CONTRATO também poderá ser rescindido por consenso entre as PARTES, que compartilharão os gastos e as despesas decorrentes da referida rescisão contratual.

CLÁUSULA 41 DA FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

41.1. Compete à CONCESSIONÁRIA a obrigação de manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na LICITAÇÃO durante toda a execução do presente CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

- 41.2. A CONCESSÃO PATROCINADA será extinta nos casos de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial da CONCESSIONÁRIA.
- 41.3. Compete ao PODER CONCEDENTE atuar preventivamente, por meio da adoção de um mecanismo de acompanhamento periódico da situação econômico-financeira da CONCESSIONÁRIA, para assegurar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas durante o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 42 DA ANULAÇÃO

- 42.1. Este CONTRATO somente poderá ser anulado por decisão judicial, na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável.
- 42.2. O PODER CONCEDENTE deverá declarar a nulidade deste CONTRATO, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se faticamente possível, se verificar a existência de vício insanável na LICITAÇÃO, ou neste CONTRATO.
- 42.3. Na hipótese descrita na Cláusula 42.2 acima, se a ilegalidade for imputável apenas ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA será indenizada nos termos da Cláusula 38.2 deste CONTRATO.
- 42.4. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE poderão ser descontados da indenização prevista para o caso de anulação deste CONTRATO.

CLÁUSULA 43 DA INTERVENÇÃO

- 43.1. Em caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações decorrentes deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá intervir na CONCESSÃO PATROCINADA quando não se justificar a sua caducidade, com o fim de, ao assumir a execução do presente CONTRATO, assegurar a adequação da prestação dos SERVIÇOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. A intervenção far-se-á por determinação do PODER CONCEDENTE, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- 43.2. A intervenção poderá ser determinada nos seguintes casos:
- 43.2.1. paralisação injustificada das atividades, assim entendida a interrupção da prestação dos SERVIÇOS e atividades fora das hipóteses previstas neste CONTRATO ou na legislação;
 - 43.2.2. a CONCESSIONÁRIA for condenada em decisão irrecorrível em ação que tenha por objeto sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

- 43.2.3. condenação em decisão irrecorrível por infração à ordem econômica, nos termos da legislação própria;
- 43.2.4. prática reincidente de infrações definidas como graves, nos termos deste CONTRATO, que coloquem em risco a segurança dos USUÁRIOS ou a própria existência dos SERVIÇOS; ou
- 43.2.5. omissão em prestar contas ao PODER CONCEDENTE ou oferecimento de óbice à atividade fiscalizatória que pressuponham a prática de qualquer das ocorrências previstas acima.
- 43.3. Verificando-se qualquer situação que possa dar lugar à intervenção na CONCESSÃO PATROCINADA, o PODER CONCEDENTE, antes de determinar a intervenção, deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo razoável que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas.
- 43.4. Decorrido o prazo fixado sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tenha dado início a providências que demonstrem o efetivo propósito de saná-las, o PODER CONCEDENTE poderá declarar a intervenção.
- 43.5. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurados à CONCESSIONÁRIA a ampla defesa e o contraditório nos termos da legislação.
- 43.5.1. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares, será declarada a sua nulidade devendo a prestação dos SERVIÇOS ser imediatamente restituída à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito à indenização.
- 43.5.2. O procedimento administrativo a que se refere a Cláusula 43.5 deverá estar concluído no prazo máximo e improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.
- 43.5.3. Para os atos de alienação e disposição do patrimônio da CONCESSIONÁRIA ou atos de renúncia, o interventor necessitará de prévia autorização escrita do PODER CONCEDENTE.
- 43.5.4. Dos atos do interventor caberá recurso ao PODER CONCEDENTE.
- 43.6. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO PATROCINADA, a prestação dos SERVIÇOS voltará a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA que responderá pelos atos praticados durante sua gestão. A restituição da prestação dos SERVIÇOS à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA será precedida da prestação de contas do PODER CONCEDENTE.
- 43.6.1. No caso da extinção da CONCESSÃO PATROCINADA prevista na Cláusula anterior a CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização prevista neste CONTRATO.

- 43.7. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a disponibilizar o CONTORNO MEROPOLITANO NORTE para o PODER CONCEDENTE imediatamente após a determinação da intervenção. O PODER CONCEDENTE obriga-se a disponibilizar o CONTORNO METROPOLITANO NORTE para a CONCESSIONÁRIA imediatamente após o fim da intervenção sem extinção da CONCESSÃO PATROCINADA.
- 43.8. As receitas percebidas durante o período da intervenção, incluindo a CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA, continuarão sendo de titularidade da CONCESSIONÁRIA e o interventor deverá aplicá-las prioritariamente para:
- 43.8.1. OPERAÇÃO e manutenção do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, especialmente para restabelecer o seu normal funcionamento;
 - 43.8.2. Pagamentos devidos às entidades financiadoras, estrangeiras ou nacionais, que proverão à CONCESSIONÁRIA os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da CONCESSÃO PATROCINADA; e
 - 43.8.3. Ressarcimento dos custos de intervenção.
- 43.9. Se, eventualmente, as receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA durante o período da intervenção não forem suficientes para cobrir as despesas referentes ao desenvolvimento da CONCESSÃO PATROCINADA neste mesmo período, o PODER CONCEDENTE poderá recorrer às garantias estipuladas neste CONTRATO.

CLÁUSULA 44 DA DEVOLUÇÃO

- 44.1. No caso de extinção da CONCESSÃO PATROCINADA, a CONCESSIONÁRIA deverá transferir ao PODER CONCEDENTE, ou para quem este indicar, a OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE. Fica facultado ao PODER CONCEDENTE sub-rogar-se nos contratos vigentes de interesse da CONCESSÃO PATROCINADA, que tenham sido celebrados pela CONCESSIONÁRIA.
- 44.2. Com a extinção da CONCESSÃO PATROCINADA, serão transferidos ao PODER CONCEDENTE todos os bens, equipamentos e instalações vinculados à CONCESSÃO PATROCINADA, inclusive acessórios, dispositivos, equipamentos, componentes sobressalentes, sistemas eletrônicos e computacionais integrantes do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, que deverão estar em condições adequadas de OPERAÇÃO, com as características e requisitos técnicos mantidos, de modo a permitir a continuidade na prestação dos SERVIÇOS.
- 44.3. Para a efetivação da transferência, os procedimentos técnicos, gerenciais e jurídicos cabíveis deverão ser estabelecidos no PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL, a ser elaborado pelas PARTES até 36 (trinta e seis) meses antes do término da vigência deste CONTRATO.

- 44.4. Para receber a OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, o PODER CONCEDENTE designará uma comissão de recebimento, composta por pelo menos 3 (três) membros, que será competente para lavrar o termo de verificação e, estando conforme, efetuar o recebimento definitivo, mediante a lavratura de TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO DO CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

CLÁUSULA 45 DAS SANÇÕES E PENALIDADES

- 45.1. No caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações deste CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal, às seguintes penalidades aplicáveis pelo PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO:

- 45.1.1. advertência formal, a versar sobre o descumprimento das obrigações assumidas e a determinação da adoção das medidas para a correção;
- 45.1.2. multa nos termos e condições previstos no Anexo IX do EDITAL - PENALIDADES APLICÁVEIS À CONCESSIONÁRIA;
- 45.1.3. multa de 10% (dez por cento) do montante da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA e da RECEITA TARIFÁRIA, calculada com base na média dos últimos 6 meses, multiplicado pelo número de meses que a CONCESSIONÁRIA estiver inadimplente, nas hipóteses de descumprimento de quaisquer cláusulas deste CONTRATO, não contempladas no Anexo IX do EDITAL - PENALIDADES APLICÁVEIS À CONCESSIONÁRIA;
- 45.1.4. suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo definido no artigo 6º, da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, e no artigo 24, do Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012;
- 45.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;
- 45.1.6. declaração de caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA.

- 45.2. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência do PODER CONCEDENTE ou de quem este indicar para tal.

- 45.3. A aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO, e o seu cumprimento, não prejudica a aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável, nem de outras sanções contratuais previstas.

- 45.4. A aplicação das multas contratuais não se confunde com a metodologia de avaliação de desempenho da CONCESSIONÁRIA e a respectiva nota que lhe for atribuída em decorrência do disposto no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 45.5. Aplicação das multas contratuais não se confunde, ainda, com as implicações do inadimplemento contratual no PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA, que refletirá sempre a execução real dos investimentos.
- 45.5.1. O atraso no cumprimento do cronograma de investimentos constante do PLANO DE NEGÓCIOS DA RODOVIA ensejará reequilíbrio econômico-financeiro na justa proporcionalidade do valor do investimento em atraso;
- 45.6. O valor da compensação financeira e das multas será reajustado periodicamente, nas mesmas datas e pelo mesmo índice de reajuste aplicável à CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA.
- 45.7. As multas devem ser aplicadas mediante decisão fundamentada do PODER CONCEDENTE, assegurado à CONCESSIONÁRIA o prévio direito à ampla defesa e ao devido processo legal, sendo-lhe facultada a produção de provas. Os prazos para manifestação e recurso da CONCESSIONÁRIA serão fixados pelo PODER CONCEDENTE, e não poderão ser inferiores a 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.
- 45.8. Encerrada a instrução processual, o PODER CONCEDENTE decidirá sobre a aplicação da multa, facultada à CONCESSIONÁRIA a interposição de recurso no prazo assinalado pelo PODER CONCEDENTE, que não poderá ser inferior a 05 (cinco) dias úteis.
- 45.9. As sanções serão aplicadas por meio de processo administrativo, iniciado a partir de notificação, por escrito, à CONCESSIONÁRIA, com os motivos que ensejaram a indicação das sanções cabíveis, abrindo-se prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa.
- 45.9.1. Na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar com a Administração o prazo será de 10 (dez) dias úteis.
- 45.10. A notificação a que se refere o item 45.9 será enviada pelo correio, com aviso de recebimento, ou entregue à CONCESSIONÁRIA mediante recibo, ou na sua impossibilidade publicada no Diário Oficial em que começará a contar o prazo para apresentação de defesa.
- 45.11. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo de que se trata o item 45.9 ou 45.9.1, sem apresentação de defesa, será aplicada sanção cabível, publicando-se a decisão no Diário Oficial.
- 45.12. Da decisão que aplicar a sanção caberá recurso, nos termos do art. 109, I, da Lei Federal nº 8.666/93
- 45.12.1. A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade é de competência do Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, da qual cabe pedido de

reconsideração, nos termos e prazos previstos no art. 109, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

45.13. O recurso de que trata o item 45.12 será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

45.14. A decisão do Secretário de Transportes e Obras Públicas exaure a instância.

45.15. O processo devidamente autuado e numerado, será instituído com os seguintes documentos:

45.15.1. Parecer técnico acerca do fato ocorrido, acompanhado dos documentos comprobatórios;

45.15.2. Notificação da ocorrência encaminhada à CONCESSIONÁRIA;

45.15.3. Decisão do PODER CONCEDENTE quanto as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA e a aplicação da sanção ou decisão do Secretário de Estado, nos casos em que a sanção for a de declaração de inidoneidade;

45.15.4. Recurso ou pedido de reconsideração interposto pela CONCESSIONÁRIA;

45.15.5. Parecer técnico-jurídico sobre eventual recurso ou pedido de reconsideração interposto, quando houver; e

45.15.6. Extratos das publicações no órgão oficial dos Poderes do Estado.

45.16. Apurando-se, no mesmo processo, a prática de duas ou mais infrações pela CONCESSIONÁRIA, aplicam-se cumulativamente, as penas a elas cominadas se as infrações não forem idênticas.

45.17. Quando se tratar de infração continuada em relação à qual tenham sido lavrados diversos autos ou representações, serão eles reunidos em um só processo, para imposição de pena.

45.17.1. Considerar-se-ão continuadas as infrações, quando se tratar de repetição de falta ainda não apurada ou que seja objeto de processo de cuja a CONCESSIONÁRIA não tenha conhecimento, por meio de intimação.

45.18. Na falta de pagamento de qualquer multa no prazo de 15 dias a partir da ciência da CONCESSIONÁRIA, da decisão final que impuser a penalidade, poderá o PODER CONCEDENTE deduzir o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA devida à CONCESSIONÁRIA ou executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.

45.19. O eventual pagamento de multas administrativas ou da multa prevista para o caso de decretação de caducidade, não exime a CONCESSIONÁRIA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades previstas no CONTRATO, bem como da reparação de eventuais perdas e

danos causados ao PODER CONCEDENTE em decorrência das atividades relacionadas com a CONCESSÃO PATROCINADA.

CLÁUSULA 46 DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO

46.1. Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, são direitos e obrigações dos USUÁRIOS do CONTORNO METROPOLITANO NORTE:

- 46.1.1. receber os SERVIÇOS adequados, como contrapartida do pagamento de pedágio, ressalvadas as isenções aplicáveis;
- 46.1.2. pagar as TARIFAS DE PEDÁGIO, salvo as situações previstas em lei e as gratuidades estipuladas pelo PODER CONCEDENTE.
- 46.1.3. receber do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos e para o uso correto do CONTORNO METROPOLITANO NORTE;
- 46.1.4. dar conhecimento ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA de irregularidades de que tenham tomado conhecimento, referentes à execução dos SERVIÇOS, SERVIÇOS COMPLEMENTARES e de apoio aos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS;
- 46.1.5. contribuir para que o CONTORNO METROPOLITANO NORTE permaneça em boas condições;
- 46.1.6. Cumprir as normas do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) ou lei que o venha substituir, dos regulamentos de trânsito e contribuir para a segurança de pessoas e de VEÍCULOS.

CLÁUSULA 47 DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

47.1. As PARTES comprometem-se a, reciprocamente, cooperar e prestar o auxílio que razoavelmente lhes possa ser exigido para o bom desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO PATROCINADA. As decisões, autorizações, aprovações, pedidos ou demais atos do PODER CONCEDENTE praticados ao abrigo do presente CONTRATO deverão ser devidamente fundamentados, bem como deverão os atos de execução do presente CONTRATO, a cargo de qualquer das PARTES, assentar-se em critérios de razoabilidade.

CLÁUSULA 48 DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

48.1. O PODER CONCEDENTE, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, para o cumprimento das atividades decorrentes da CONCESSÃO PATROCINADA, obriga-se a:

- 48.1.1. efetuar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA conforme disposto neste CONTRATO;
 - 48.1.2. obter as autorizações necessárias à celebração deste CONTRATO;
 - 48.1.3. manifestar-se quanto à objeção ou não aos projetos encaminhados pela CONCESSIONÁRIA, relativos às OBRAS DE IMPLANTAÇÃO;
 - 48.1.4. manifestar-se em relação aos pareceres e relatórios emitidos por empresas independentes;
 - 48.1.5. fiscalizar a execução dos SERVIÇOS, zelando pela sua boa qualidade, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos USUÁRIOS;
 - 48.1.6. providenciar a DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA nos prazos e condições estabelecidos neste CONTRATO, dos bens e áreas necessários à EXPLORAÇÃO do objeto da CONCESSÃO PATROCINADA, para fins de desapropriação, desocupação, ou constituição de servidão administrativa;
 - 48.1.7. apreciar e autorizar, nos termos deste CONTRATO, os pedidos de readequação do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA;
 - 48.1.8. cumprir com o disposto no mecanismo de mitigação do risco de demanda;
 - 48.1.9. providenciar junto ao órgão competente estadual, a contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE e promover sua oportuna substituição no encerramento dos respectivos contratos celebrados, ou nas hipóteses de rescisão neles estabelecidas;
 - 48.1.10. constituir as GARANTIAS DO PODER CONCEDENTE previstas neste CONTRATO;
 - 48.1.11. promover reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL A TARIFA e do APORTE PÚBLICO.
- 48.2. O PODER CONCEDENTE, quando citado ou intimado de qualquer ação judicial ou processo administrativo, que possa resultar em responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, deverá imediatamente comunicá-la, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como comprometer-se a envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo. Fica facultado à CONCESSIONÁRIA valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.
- 48.3. O PODER CONCEDENTE deverá, ainda, ressarcir a CONCESSIONÁRIA de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais ou administrativas, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis ao PODER CONCEDENTE, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados ao PODER CONCEDENTE.
- 48.4. O PODER CONCEDENTE comunicará à(s) instituição(ões) financeira(s) ou seguradora(s) responsável(is) pela prestação da GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, bem como à(s) entidade(s) financiador(as) da CONCESSIONÁRIA, sempre que iniciar procedimento

administrativo que possa culminar na decretação da intervenção, na encampação ou que possa culminar na aplicação na decretação de caducidade da CONCESSÃO PATROCINADA.

- 48.5. Além do cumprimento das disposições expressas deste CONTRATO e nos limites de sua atuação institucional, o PODER CONCEDENTE colaborará com as entidades financiadoras da CONCESSIONÁRIA, para salvaguarda do respectivo direito de crédito
- 48.6. As autorizações ou aprovações a serem emitidas pelo PODER CONCEDENTE ou as suas eventuais recusas não implicam na assunção, por ele, de quaisquer responsabilidades, nem exoneram a CONCESSIONÁRIA do cumprimento pontual das obrigações assumidas neste CONTRATO.

CLÁUSULA 49 DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

- 49.1. A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação aplicável, para o cumprimento das atividades decorrentes da CONCESSÃO PATROCINADA, obriga-se a:
- 49.1.1. dar conhecimento ao PODER CONCEDENTE das condições do financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem os investimentos previstos no CONTRATO.
 - 49.1.2. dar conhecimento ao PODER CONCEDENTE das alterações das condições dos financiamentos referidos no item anterior, assim como da contratação de qualquer novo financiamento ou dívida que possa ser considerado para efeito de cálculo da indenização devida no caso de extinção da CONCESSÃO PATROCINADA.
 - 49.1.3. cumprir e fazer cumprir integralmente o CONTRATO, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda as determinações do PODER CONCEDENTE, especialmente a execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.
 - 49.1.4. executar todos os serviços, controles e atividades relativos ao CONTRATO, com zelo e diligência.
 - 49.1.5. apoiar a execução dos SERVIÇOS NÃO DELEGADOS, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva do PODER CONCEDENTE;
 - 49.1.6. assegurar a adequada prestação do serviço concedido, conforme definido no artigo 6º da Lei Federal nº 8.987/95, valendo-se de todos os meios e recursos à sua disposição.
 - 49.1.7. dispor de equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais necessários à prestação dos serviços.
 - 49.1.8. responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência, especialmente por eventuais desidias e faltas quanto a obrigações decorrentes da CONCESSÃO PATROCINADA.

- 49.1.9. ressarcir o PODER CONCEDENTE de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais ou administrativas, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA.
- 49.1.10. executar serviços e programas de gestão, bem como fornecer treinamento a seus empregados, com vistas à melhoria dos serviços e à comodidade dos usuários.
- 49.1.11. manter o PODER CONCEDENTE informado sobre toda e qualquer ocorrência em desconformidade com a operação adequada da CONTORNO METROPOLITANO NORTE.
- 49.1.12. elaborar e implementar esquemas de atendimento a situações de emergência que envolvam os usuários do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, mantendo disponíveis, para tanto, recursos humanos e materiais.
- 49.1.13. responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e de terceiros contratados, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições em que forem exigidos, bem como o porte de crachá indicativo das funções exercidas.
- 49.1.14. cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados.
- 49.1.15. fornecer ao PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, sempre que solicitado, os documentos e informações pertinentes à CONCESSÃO PATROCINADA, facultando a fiscalização e a realização de auditorias, nos prazos e periodicidade por estes determinados.
- 49.1.16. permitir o acesso da fiscalização nas suas dependências, bem como de suas contratadas.
- 49.1.17. manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à presente CONCESSÃO PATROCINADA.
- 49.1.18. submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE propostas de implantação de melhorias dos serviços e de novas tecnologias.
- 49.1.19. atender, de forma adequada, o público em geral e os usuários, em particular.
- 49.1.20. informar à população e aos usuários em geral, sempre que houver alteração da TARIFA, o novo valor e a data de vigência, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis.
- 49.1.21. obter a prévia aprovação do PODER CONCEDENTE para os projetos, planos e programas relativos à implantação do CONTORNO METROPOLITANO NORTE
- 49.1.22. cumprir as determinações legais pertinentes à OPERAÇÃO do CONTORNO METROPOLITANO NORTE

- 49.1.23. elaborar, implantar e manter plano de atendimento aos usuários, informando ao PODER CONCEDENTE de seu desenvolvimento.
- 49.1.24. implantar, em sua estrutura organizacional, serviço de ouvidoria diretamente vinculado à Diretoria da CONCESSIONÁRIA.
- 49.1.25. obter a aprovação do PODER CONCEDENTE para alterações ou construções de novas edificações nas áreas concedidas.
- 49.1.26. encaminhar, sempre que solicitado pelo PODER CONCEDENTE, cópia dos instrumentos contratuais relacionados às receitas e serviços inerentes ao CONTORNO METROPOLITANO NORTE
- 49.1.27. manter para todas as atividades relacionadas à execução de serviços de engenharia, a regularidade perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, exigindo o mesmo para os terceiros contratados.
- 49.1.28. prestar contas ao PODER CONCEDENTE, sempre que solicitado.
- 49.1.29. observar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.
- 49.1.30. publicar, na forma da lei, as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, as normas técnicas brasileiras de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- 49.1.31. apresentar semestralmente, até o final do mês subsequente ao do encerramento do semestre referenciado, as demonstrações contábeis de acordo com os preceitos mencionados no item anterior.
- 49.1.32. aderir às campanhas educativas, informativas, operacionais e outras, limitadas às áreas vinculadas à CONCESSÃO PATROCINADA, em consonância e de acordo com as diretrizes do PODER CONCEDENTE, cedendo-lhe, sem ônus, nas condições que lhe for solicitado.
- 49.1.33. assegurar o livre acesso, em qualquer época, pelos encarregados do PODER CONCEDENTE e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, às suas instalações e aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas com o objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;
- 49.1.34. obter as licenças de instalação e operação e tomar todas as providências relacionadas com o Anexo VII - DIRETRIZES AMBIENTAIS, ressalvadas as obrigações do PODER CONCEDENTE;
- 49.1.35. zelar pela integridade dos bens que integram a CONCESSÃO PATROCINADA, tomando todas as providências necessárias, incluindo as que se referem à faixa de domínio e seus acessos;

- 49.1.36. dar apoio ao regular funcionamento do COMITÊ TÉCNICO;
 - 49.1.37. comunicar às autoridades públicas competentes quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento no âmbito das atividades objeto da CONCESSÃO PATROCINADA;
 - 49.1.38. executar as intervenções para atendimento às CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS DA RODOVIA, bem como as necessárias para atendimento aos indicadores constantes do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO;
 - 49.1.39. proporcionar e viabilizar as melhorias necessárias no CONTORNO METROPOLITANO NORTE para resguardar a população lindeira, nos termos deste CONTRATO; e
 - 49.1.40. confeccionar, instalar, manter e conservar placas informativas sobre a CONCESSÃO PATROCINADA ao longo da rodovia.
- 49.2. A CONCESSIONÁRIA tem o dever de informar previamente os USUÁRIOS sobre a realização de obras que afetem as normais condições de circulação no CONTORNO METROPOLITANO NORTE, especialmente aquelas que reduzam o número de vias em serviço ou as que obriguem a desvios de faixa de rodagem. A informação a que se refere esta disposição deve ser prestada, pelo menos, por meio de sinalização colocada na rede viária e, caso o volume das obras assim o recomendar, por meio de anúncio publicado em jornal de circulação regional, com a antecedência e o destaque julgados convenientes.
- 49.3. Constitui especial obrigação da CONCESSIONÁRIA promover e exigir, de todos os contratados para o desenvolvimento de atividades integradas à CONCESSÃO PATROCINADA, que sejam observadas as regras de boa condução das obras ou trabalhos e especiais medidas de salvaguarda da integridade física dos USUÁRIOS e de todo o pessoal afeto a estes.
- 49.4. A CONCESSIONÁRIA se responsabiliza ainda perante o PODER CONCEDENTE de que somente serão contratadas, para desenvolver atividades integradas à CONCESSÃO PATROCINADA, terceiros que se encontrem devidamente licenciadas e autorizadas e que detenham capacidade técnica e profissional adequadas para o feito.
- 49.5. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar mecanismos para garantir o monitoramento do tráfego, a identificação de condições climáticas adversas à circulação, a detecção de acidentes e a consequente e sistemática informação de alerta aos USUÁRIOS, no âmbito da CONCESSÃO PATROCINADA, conforme previsto no Anexo III do EDITAL - PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA - PER.
- 49.5.1. A CONCESSIONÁRIA fica, ainda, obrigada, sem direito a qualquer indenização ou à reposição do equilíbrio econômico-financeiro, a respeitar e a transmitir aos USUÁRIOS as medidas adotadas pelas autoridades de trânsito, em ocasiões de tráfego excepcionalmente intenso, para obter o melhor aproveitamento do CONTORNO METROPOLITANO NORTE.

- 49.6. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, durante todo o prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, em sua estrutura organizacional, no nível imediatamente abaixo da Diretoria Executiva, uma área para cuidar exclusivamente das relações com os USUÁRIOS do CONTORNO METROPOLITANO NORTE, chefiada por uma pessoa que reúna as condições necessárias para exercer as atividades normalmente desempenhadas por um ouvidor (“ombudsman”).
- 49.7. A CONCESSIONÁRIA obriga-se, ainda, a assegurar assistência aos USUÁRIOS, incluindo-se nesta, a vigilância das condições de circulação, especialmente no tocante à sua fiscalização e à prevenção de acidentes.
- 49.8. A CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, nos termos e nas condições da legislação aplicável, ao regime fiscal e previdenciário que vigorar no prazo da CONCESSÃO PATROCINADA, obrigando-se ao pontual recolhimento de todos os tributos incidentes sobre as receitas auferidas no âmbito deste CONTRATO, bem como das contribuições sociais e outros encargos a que estiver sujeita.
- 49.9. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela segurança do pessoal empregado nas atividades ligadas à EXPLORAÇÃO da CONCESSÃO PATROCINADA, obrigando-se a cumprir fielmente a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e higiene no trabalho, não cabendo ao PODER CONCEDENTE quaisquer obrigações de riscos de responsabilidade civil e/ou de riscos diversos, respondendo a CONCESSIONÁRIA por todas as ações ou reclamações que venham a ser propostas por referido pessoal, e mantendo o PODER CONCEDENTE indene e a salvo de quaisquer responsabilidades ou obrigações derivadas de tais ações ou reclamações.

CLÁUSULA 50 DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

- 50.1. Fica excluída a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pelo inadimplemento total ou parcial de qualquer obrigação assumida neste CONTRATO, ou em qualquer de seus ANEXOS, nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior.
- 50.1.1. A exoneração de responsabilidade nas hipóteses de caso fortuito ou força maior deverá ser formalizada mediante notificação escrita pela PARTE afetada, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ocorrência do evento, cabendo à outra PARTE manifestar-se em igual prazo.
- 50.2. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO PATROCINADA em decorrência de eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos dispostos nesta Cláusula, aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da CONCESSÃO PATROCINADA por advento do termo contratual.

CLÁUSULA 51 DAS DIVERGÊNCIAS TÉCNICAS

- 51.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica, será constituído o COMITÊ TÉCNICO, composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, que substituirão os membros efetivos em suas ausências ou impedimentos.

- 51.1.1. O COMITÊ TÉCNICO será competente para definir o procedimento para a análise e emissão de decisão fundamentada sobre as questões que lhe forem submetidas pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, relativamente a divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos correspondentes à prestação dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO PATROCINADA.
- 51.1.2. Quando demandado, decidirá o COMITÊ TÉCNICO a respeito de eventuais controvérsias relativas às alterações no QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, sem prejuízo de demais matérias técnicas que possam ser submetidas ao COMITÊ TÉCNICO.
- 51.2. Os membros do COMITÊ TÉCNICO serão designados da seguinte forma:
- 51.2.1. Um membro efetivo, que será o Presidente da Comissão, e o respectivo suplente, indicado pelo PODER CONCEDENTE, sendo que deverá ser servidor com experiência de 10(dez) anos no setor rodoviário;
- 51.2.2. Um membro efetivo, e o respectivo suplente, indicado pela CONCESSIONÁRIA;
- 51.2.3. Um membro efetivo, e o respectivo suplente, indicado pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE de comum acordo.
- 51.3. O membro efetivo e o respectivo suplente, designado pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE de comum acordo, deverão ser profissionais independentes, de conceito reconhecido pelo mercado.
- 51.4. Os membros do COMITÊ TÉCNICO terão mandato de 03 (três) anos, não prorrogáveis, e terão direito à remuneração especial, por evento, a ser definida pelo PODER CONCEDENTE e paga pela CONCESSIONÁRIA.
- 51.5. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação, pela parte que solicitar o pronunciamento do COMITÊ TÉCNICO à outra parte, acerca do seu pleito, fornecendo cópia dos elementos apresentados.
- 51.6. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação referida na Cláusula anterior, a parte reclamada apresentará as suas alegações, relativamente à questão formulada, encaminhando à outra parte cópia dos elementos apresentados.
- 51.7. O COMITÊ TÉCNICO poderá solicitar contratação de empresa especializada no objeto de divergência para emitir de parecer acerca de eventual dúvida, que será prontamente pago pela CONCESSIONÁRIA e objeto de ressarcimento na ocorrência da hipótese prevista na Cláusula 51.13.
- 51.8. A empresa a ser contratada de que trata a Cláusula 51.7 será definida em comum acordo entre os membros do COMITÊ TÉCNICO.
- 51.9. A decisão do COMITÊ TÉCNICO será emitida em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento, pela Comissão, das alegações apresentadas pela parte

reclamada, se outro prazo não for estabelecido pelas PARTES, de comum acordo, e aceito pelo COMITÊ TÉCNICO.

- 51.10. A decisão do COMITÊ TÉCNICO será considerada aprovada se contarem com o voto favorável de, pelo menos, 02 (dois) de seus membros.
- 51.11. As demais despesas com o funcionamento do COMITÊ TÉCNICO também serão pagas pela CONCESSIONÁRIA.
- 51.12. A submissão de qualquer questão ao COMITÊ TÉCNICO não exonera a CONCESSIONÁRIA de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do PODER CONCEDENTE, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das atividades relacionadas com a CONCESSÃO PATROCINADA
- 51.13. Caso a CONCESSIONÁRIA formule um pleito submetendo-o ao COMITÊ TÉCNICO e a decisão do COMITÊ TÉCNICO indique a procedência do pedido ou da alegação feita pela CONCESSIONÁRIA em detrimento das alegações do PODER CONCEDENTE, este terá de ressarcir a CONCESSIONÁRIA dos gastos previstos acima.

CLÁUSULA 52 DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E INTELECTUAL

- 52.1. Todos os projetos e documentação técnica, relacionados com as especificações técnicas previstas neste CONTRATO e ANEXOS, serão entregues ao PODER CONCEDENTE, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 52.1.1. O PODER CONCEDENTE deverá manter rigoroso sigilo a respeito da documentação assim recebida.
- 52.2. A documentação técnica apresentada à CONCESSIONÁRIA é de propriedade do PODER CONCEDENTE, sendo vedada sua utilização pela CONCESSIONÁRIA para outros fins que não os previstos neste CONTRATO.
- 52.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter rigoroso sigilo a respeito da documentação assim recebida.

CLÁUSULA 53 DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

- 53.1. As controvérsias decorrentes do presente CONTRATO, ou com ele relacionadas, que não forem dirimidas amigavelmente entre as PARTES, ou pelo COMITÊ TÉCNICO nos casos previstos na CLÁUSULA 51 acima, serão resolvidas por arbitragem.
- 53.2. A Arbitragem será conduzida perante e administrada pela CAMARB - Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (“CAMARB”) de acordo com suas regras de arbitragem.
- 53.3. O tribunal arbitral será formado por três árbitros.

- 53.4. A arbitragem será realizada no Município de Belo Horizonte.
- 53.5. A arbitragem será realizada em língua portuguesa.
- 53.6. A arbitragem será de direito, aplicando-se a lei brasileira.
- 53.7. A arbitragem observará o princípio da publicidade.
- 53.8. A sentença arbitral decidirá sobre a responsabilidade das PARTES acerca dos encargos, custas e despesas do procedimento arbitral, inclusive honorários dos árbitros e de peritos indicados pelo tribunal arbitral e honorários advocatícios de sucumbência, com distribuição proporcional à sucumbência.
- 53.9. Antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das PARTES poderá requerer ao poder judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao poder judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do conflito à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral.
- 53.10. Caso o litígio entre as PARTES envolva pedido de rescisão deste CONTRATO, nos termos do artigo 39 da Lei 8.907, de 06 de julho de 1994, o tribunal arbitral, ou o poder judiciário, se o tribunal arbitral não estiver ainda instalado, deverá assegurar, liminarmente, até o trânsito em julgado da decisão final da lide, a continuidade da percepção pela CONCESSIONÁRIA de todas as RECEITAS previstas neste CONTRATO para continuidade da prestação dos SERVIÇOS, de modo a garantir a efetividade da sua decisão final.
- 53.11. Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do tribunal arbitral, (ii) a execução das decisões do tribunal arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e (iv) os conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o foro de Belo Horizonte como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

CLÁUSULA 54 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 54.1. Acordo Completo. As PARTES declaram que este CONTRATO e os seus ANEXOS constituem a totalidade dos acordos que regulam a CONCESSÃO PATROCINADA.
- 54.2. Comunicações. As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas:
- 54.2.1. em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
 - 54.2.2. por fax, desde que comprovada a recepção;
 - 54.2.3. por correio registrado, com aviso de recebimento;

54.2.4. por correio eletrônico, com aviso de recebimento;

54.2.5. por Diário Oficial do Estado de Minas Gerais,

54.2.6. Sistema informatizado online.

54.2.7. Todas as comunicações recíprocas, relativas a este CONTRATO, serão consideradas como efetuadas, se entregues por correspondência endereçada como segue:

I. PODER CONCEDENTE:

[●]

II. CONCESSIONÁRIA:

[●]

54.2.7.1. As PARTES signatárias do presente CONTRATO poderão modificar seu endereço, número de fax, e endereço de correio eletrônico, mediante comunicação às demais.

54.3. Publicidade da Concessão Patrocinada.

54.4. A CONCESSIONÁRIA confeccionará, instalará, manterá e conservará placas informativas sobre a CONCESSÃO PATROCINADA, conforme modelo a ser proposto pela CONCESSIONÁRIA e aprovado PODER CONCEDENTE.

54.4.1. As placas, de diferentes dimensões e mensagens, deverão ser afixadas em locais previamente selecionados pela CONCESSIONÁRIA e aprovados pelo PODER CONCEDENTE, e serão mantidas legíveis e em boas condições enquanto durar este CONTRATO.

54.5. Contagem dos Prazos. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

54.5.1. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e se contar o último.

54.5.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do PODER CONCEDENTE.

54.6. Tolerância. Se qualquer das PARTES contratantes permitir, mesmo por omissão, o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas ou condições deste CONTRATO e de seus ANEXOS, tal fato não poderá liberar, desonerar, ou de qualquer modo afetar ou prejudicar a validade e eficácia das mesmas Cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido. Em qualquer hipótese, não estará configurada novação ou mesmo renúncia a direitos, tampouco defeso o exercício posterior destes.

54.7. Invalidade Parcial e Independência entre as Cláusulas. Cada disposição, item, alínea deste CONTRATO constitui um compromisso independente e distinto.

54.7.1. Sempre que possível, cada disposição deste CONTRATO deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da lei aplicável.

54.7.2. Caso alguma das disposições deste CONTRATO seja considerada ilícita, inválida, nula ou inexecutável por decisão de órgão competente, deverá ser julgada separadamente do restante deste CONTRATO, e substituída por disposição lícita e similar, que reflita as intenções originais das PARTES, observando-se os limites da lei. Todas as demais disposições continuarão em pleno vigor e efeito, não sendo prejudicadas ou invalidadas

54.7.3. Se quaisquer disposições deste CONTRATO forem declaradas nulas ou inválidas, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente CONTRATO, as PARTES o assinam em [●] vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Belo Horizonte, [●] de [●] de 20[●].

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS [SETOP]

CONCESSIONÁRIA [●]

Testemunhas:

Nome:
CPF.:

Nome:
CPF.:
